

30/10/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Estudantes brasileiros pedem ajuda do consulado para sair da Bolívia após protestos](#)

[Estudantes de cursinhos populares de SP pressionam prefeitura por passe livre](#)

[Tá difícil ser presidente no Brasil](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Equipe econômica tenta blindar pacote de reformas para corte de gastos](#)

[50 anos de rede digital](#)

[Nós nos preparamos para o pior no caso da Argentina](#)

O GLOBO - RJ

[Formação de professores é dominada por alunos da modalidade à distância](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Ufba decide não aderir ao Future-se](#)

Agências de notícias e sites

METRÓPOLES

[Marcos Pontes está determinado a evitar fusão de CNPq e Capes](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Veja como tirar nota mil na redação do Enem](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Formação de professor é dominada por alunos na educação à distância](#)

G1

[Escola do Gama vota nesta quarta se quer aderir ao programa de militarização no DF](#)

METRÓPOLES

[GDF lança consulta pública para novo currículo do ensino médio](#)

PORTAL ISTOÉ

[Veja como tirar nota mil na redação do Enem](#)

TERRA

[Equipe econômica tenta blindar pacote de reformas para corte de gastos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Veja como tirar nota mil na redação do Enem](#)

[Nós nos preparamos para o pior no caso da Argentina](#)

Agências de notícias e sites

CONEXÃO TOCANTINS

[Abertas inscrições ao X Congresso Internacional de Direitos Humanos no TJTO, com conferencistas de seis países](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[País já perdeu quase 18 mil bolsas de estudos este ano](#)

[Avaliação da pós-graduação brasileira: um olhar para o futuro](#)

REDEPRESS NOTÍCIAS

[Revista da CGU chega à 20ª edição com inovações](#)

UNILAB

[Inscrições prorrogadas para discentes do Curso de Especialização “Ciência é Dez”](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA - SP

[Bolsas em Portugal](#)

ALÔ BRASÍLIA

[Conselho diz que fim do Fundeb vai inviabilizar a educação básica](#)

A TARDE - BA

[Mais de 1,2 milhão não sabe local da prova](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Entenda como são elaboradas as questões do Enem](#)

O ESTADO - MS

[Candidatos devem se atentar para horário de início de provas](#)

O LIBERAL – SP

[Olimpíada de Matemática atrai 1,3 milhão de alunos](#)

Agências de notícias e sites

SÃO CARLOS AGORA

[Pesquisadores de seis países reúnem-se na UFSCar para discutir ciência, tecnologia, inovação e transformação social](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Novo modelo de avaliação medirá impacto social e inserção regional das pesquisas SURGIU](#)

[Mestrado da UFT aborda temas atuais da comunicação em jornada científica](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Entenda como são elaboradas as questões do Enem](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Na rede privada, metade dos cursos com opção EAD já tem mais alunos à distância do que no presencial](#)

[Base Nacional Comum Curricular: de que forma colégios se preparam para mudanças no ensino](#)

G1

[Escola do Riacho Fundo II é a 11ª no DF a aprovar gestão compartilhada com a PM](#)

[No Acre, portões abrem às 10h para quem vai fazer as provas do Enem 2019](#)

[Fundador do Instituto Paulo Freire participa de evento sobre educação em Santarém](#)

JORNAL UNIÃO

[UEL desenvolve bioinseticida contra o Aedes aegypti](#)

O MUNICÍPIO - SC

[Educadores podem ter acesso a cursos gratuitos ofertados pela Britannica Escola](#)

PORTAL EXAME

[Quero Bolsa aponta quais são os cursos EaD mais procurados pelos brasileiros](#)

[Entenda como são elaboradas as questões do Enem](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Entenda como são elaboradas as questões do Enem](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO

Estudantes brasileiros pedem ajuda do consulado para sair da Bolívia após protestos

Grupos querem que o semestre acadêmico seja encerrado antes e que possam fazer atividades online

Brasília

Estudantes brasileiros que vivem em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, pedem ajuda do governo do Brasil para deixar o país e não perderem o semestre de aulas. O grupo teme o recrudescimento da violência por causa de manifestações recentes entre partidários e opositores de Evo Morales.

A Folha solicitou informações ao Ministério das Relações Exteriores, que até a

publicação desse texto não havia retornado. O Ministério da Educação também foi questionado, mas informou que o tema deve ser tratado pelo Itamaraty. A reportagem entrou em contato com a Unifranz, mas não recebeu resposta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/estudantes-brasileiros-pedem-ajuda-do-consulado-para-sair-da-bolivia-apos-protestos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Estudantes de cursinhos populares de SP pressionam prefeitura por passe livre Projeto de Lei aprovado na Câmara prevê ampliação da gratuidade para estudantes

São Paulo

Kelly Cristina de Oliveira Silva, 27, estudava em cursinho vestibular popular no centro de São Paulo até agosto deste ano, quando teve de parar de assistir as aulas. O problema: o alto peso do custo do transporte em seu orçamento diário.

O projeto aguarda sanção do prefeito Bruno Covas (PSDB), que está internado em São Paulo com um diagnóstico de câncer.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/estudantes-de-cursinhos-populares-pressionam-prefeitura-por-passe-livre.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

Tá difícil ser presidente no Brasil

O pobre leão está sozinho contra um exército de carniceiros

O sujeito está no cargo mais alto do país, goza de cartão corporativo infinito e foro privilegiado, e ainda assim vê a si mesmo como um pobre felino em extinção, abandonado por todos. Peço que faça um esforço pra imaginar como se sente Natália, do Piauí, medalhista da Olimpíada de Matemática, que ganha R\$ 100 por mês do MEC e deve ter sua bolsa cortada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/gregoriouvivier/2019/10/ta-dificil-ser-presidente-no-brasil.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Equipe econômica tenta blindar pacote de reformas para corte de gastos

Pressão de vários grupos para barrar medidas dos projetos de mudanças no serviço público e no Orçamento tem atrasado o envio das propostas para o Congresso; em função da demora, parlamentares afirmam que temas mais polêmicos ficarão para 2020

BRASÍLIA

Na fase final de elaboração de sua nova agenda de reformas, a equipe econômica tenta blindar as propostas das pressões de última hora e evitar que os textos já cheguem desidratados ao Congresso Nacional. Diferentes grupos tentam barrar medidas dos projetos de mudanças no serviço público (reforma administrativa) ou de maior flexibilidade no Orçamento, o que tem atrasado o envio das propostas. Com a demora,

parlamentares afirmam que as discussões sobre os temas polêmicos ficarão para o ano que vem.

O presidente Jair Bolsonaro também entrou em campo e cobrou da equipe econômica cautela em relação às mudanças que atingem o funcionalismo. Quebrando o silêncio que costuma anteceder o anúncio de pacotes, o Ministério da Economia divulgou nota, dizendo que “a proposta, que ainda não foi apresentada, tem como premissa a manutenção da estabilidade, do emprego e do salário dos atuais servidores.”

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, as mudanças prometidas nos repasses do Fundeb, fundo de apoio à educação básica, também devem ficar de fora do conjunto de reformas a ser encaminhado esta semana ao Congresso. A ideia do governo era elevar gradualmente os repasses, mas os parlamentares tentam aproveitar um texto já em tramitação para aumentar os recursos.

Também deve ser retirada a proposta de desvinculação dos fundos constitucionais, usados para fomentar investimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A possibilidade de uso dos recursos em outras áreas, porém, enfrentou resistências de parlamentares.

A equipe econômica teria desistido ainda de propor mudanças no abono salarial, espécie de 14.º salário pago a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. Um ponto ainda em aberto é se haverá ou não mudança na avaliação de desempenho dos atuais servidores para que seja concedida a progressão na carreira.

“A ideia é que a progressão funcional seja por meritocracia, e não por tempo de serviço. A dúvida é se seria só para os que estão entrando ou valeria daqui a cinco anos. Eu acho que eles vão colocar os cinco anos e vão pagar para ver”, disse a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS).

Para Simone, a nova agenda é formada por uma pauta difusa e vai “entrar de um jeito e sair de outro”. “Dessa vez, o Senado vai fazer o dever de casa.”

Líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP) reclamou dos sucessivos adiamentos na data de entrega das propostas e avisou que não há mais tempo para que elas sejam analisadas ainda este ano. “Paulo Guedes (ministro da Economia) é muito capaz, mas eles entendem pouco de ritmo do Congresso. Quando se desconsidera, só essa coisinha chamada Congresso, diz ‘semana que vem eu mando o pacote, eles se virem para votar até 21 de dezembro’... Vamos ver qual é o conteúdo.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

50 anos de rede digital

Maioria dos especialistas acredita que a digitalização deve transformar a existência humana para melhor.

Meio século após a primeira conexão de computador a computador, ou seja, do nascimento da rede digital, que se acaba de comemorar, a maioria dos especialistas acredita que nos próximos 50 anos a digitalização deve transformar a existência humana para melhor. É o que constata pesquisa elaborada pelo Pew Research Center, após ouvir 530 pioneiros da tecnologia e líderes políticos e empresariais do mundo inteiro. Eles

alertam, no entanto, que um futuro próspero depende de reformas que viabilizem melhor cooperação, segurança, direitos fundamentais e equidade econômica.

Cerca de 72% disseram que as mudanças seriam para melhor; 25%, para pior; e 3% não acreditam em mudanças significativas. Quase todos advertiram para riscos de abusos na vigilância e uso de dados por empresas e governos, segurança porosa para sistemas conectados digitalmente e um crescimento da desigualdade econômica.

Para os especialistas, a vida digital continuará a ser o que as pessoas fazem dela. A responsabilidade sobre o futuro, para o bem ou para o mal, permanece em mãos humanas. Em 50 anos, a rede será tão ubíqua quanto o oxigênio. Por isso, a era de uma internet sem regulação deve ser superada por marcos que protejam o bem público.

Entre as perspectivas mais esperançosas está a longevidade humana, proporcionada por avanços tecnológicos que seguirão borrando as linhas que separam o ser humano da máquina. Em parte, esse bemestar virá pela automação, que liberará os humanos de trabalhos mecânicos, repetitivos e insalubres, deixando-lhes mais tempo para o ócio. Além disso, a vida digital será cada vez mais customizada para cada indivíduo e suas necessidades.

Um mundo plenamente conectado, com as distâncias do espaço e das línguas virtualmente eliminadas, ampliará as oportunidades de cooperação e desenvolvimento comunitário, inclusive, se necessário, provocando rupturas em estruturas de poder econômicas e políticas, em prol da maior independência dos indivíduos e da redução da desigualdade entre eles.

Mas sobre tudo isso pesa um portentoso “se”. Se a sociedade global for capaz de tomar decisões responsáveis na regulamentação da rede, a comunicação digital naturalmente a fortalecerá enquanto comunidade. Mas, do contrário, as possibilidades de conflito e dissensão são perturbadoras.

A má distribuição dos benefícios advindos da expansão digital na educação, saúde e economia pode aumentar o fosso entre a minoria dos que têm muito e a maioria dos que têm pouco ou nada. Uma elite cada vez mais equipada e distanciada pode utilizar a internet para vigiar e manipular massas distraídas e complacentes – e atomizadas, porque há também o risco, por mais paradoxal que pareça, de uma maior conectividade provocar um maior isolamento dos indivíduos, incapazes de estabelecer e sustentar relacionamentos humanos diretos, com suas sinuosidades e asperezas, sem mediações ou anteparos. Tanto mais que, no cenário mais tenebroso esboçado na pesquisa, “a privacidade pessoal será um conceito arcaico e ultrapassado, já que os humanos trocam de bom grado a discrição por melhores cuidados médicos, oportunidades de entretenimento e promessas de segurança”. No limite, políticas públicas podem limitar, mas não impedir a vulnerabilidade da vida íntima e privada. Trata-se de um desafio muito mais moral do que político que se impõe a cada indivíduo.

Um último alerta geral é que todas essas previsões sobre o mundo virtual são inúteis sem medidas drásticas para reduzir a degradação ambiental, ou seja, a destruição do mundo real.

Em resumo, as tendências são, em geral, positivas, mas as possibilidades estão abertas.

A transformação, contudo, não virá nem dos otimistas – para quem tudo está bom e vai melhorar – nem dos pessimistas – para quem tudo está mal e vai piorar –, porque nem os primeiros nem os últimos têm disposição para mudar um futuro, a seu ver, imutável, e sim das pessoas e instituições responsáveis, que sabem que o melhor ou o pior depende da sua parcela de esforço.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Nós nos preparamos para o pior no caso da Argentina

Bolsonaro diz não pretender romper relações, mas que propostas do país vizinho ‘não têm como dar certo’; sobre o PSL, afirma que, se ele sair, o partido acaba

O presidente Jair Bolsonaro disse não pretender romper relações com a Argentina após a vitória de Alberto Fernandez, representante da esquerda, nas eleições de domingo, mas espera que “o lado de lá” continue com as mesmas práticas de Mauricio Macri – abertura, liberdade econômica e respeito às cláusulas democráticas do Mercosul. “Nós nos preparamos para o pior. Já sabemos a receita do que foi anunciado até o momento no pacote econômico do presidente eleito. Como em parte já foi adotada no Brasil no passado, não tem como dar certo”, afirmou em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast em Riad, onde cumpre a última etapa da viagem a países asiáticos e do Oriente Médio.

Um dos planos de Fernández para estancar a crise argentina prevê congelamento de preços por 180 dias e garantia de aumento salarial de emergência – a inflação acumulada no último ano está perto de 60%. Bolsonaro também rebateu acusações de que comprou votos para tornar seu filho Eduardo líder do PSL na Câmara. “Temos ministérios, estatais, diretorias de banco. Se eu quisesse, poderia usar isso aí para comprar alguns apoios. Mas não pretendemos fazer isso. Não estamos fazendo”, afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O sr. pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para não haver mal entendido com a reforma administrativista. O sr. tem preocupação que a falta de discussão provoque protestos como os do Chile?

Nós não queremos causar nenhum abalo junto aos trabalhadores do Brasil, com propostas que na prática não queremos implementar. Quando se fala em quebra de estabilidade (do servidor público), isso está sendo discutido para os futuros servidores. Para os atuais, todos os direitos estão sendo preservados. Mesmo assim, tenho dito que essa reforma administrativa tem de ser discutida comigo e também com o Parlamento antes de ser enviada para lá, porque não queremos ter reação por parte dos parlamentares. Ele (Guedes) tem um bom trânsito com o Davi Alcolumbre (presidente do Senado), com o Rodrigo Maia (presidente da Câmara). O empresário tem uma visão muito econômica dos seus negócios. No governo, a economia tem de ter essa visão, mas não pode esquecer da política.

A ideia com o Guedes é afinar esse discurso?

Sim. É igual à questão da CPMF. Foi discutido no passado que a CPMF era um nome que estava contaminado no Brasil. De modo que devemos abandonar a CPMF, apesar de suas vantagens.

O sr. acha que a economia brasileira vai reagir para evitar convulsões sociais como a

que ocorre agora no Chile? Tem essa preocupação em vista?

O Brasil estará melhor se os nossos vizinhos também estiverem bem. Na minha última viagem ao Chile estava tudo em paz. No encontro com empresários (chilenos), eles falaram que o Brasil é muito importante, porque eles têm investido em torno de US\$ 35 bilhões no País. O Brasil está firme. Agora, o Chile está em um momento de incerteza. Esperamos que volte à normalidade, não apenas pelo investimento que eles têm aqui, até porque, com estabilidade, eles não mexeriam no que têm aplicado no Brasil, muito pelo contrário. No caso da Argentina, quem está voltando é a senhora Cristina Kirchner, muito ligada com Dilma, com Lula, com Morales, com o Lugo, com o falecido Fidel Castro e Maduro. Essa é a nossa preocupação. Sabemos que a sua receita econômica não deu certo em lugar nenhum do mundo. Algumas foram tentadas aqui no passado e não deram certo, como a Argentina, que ouvimos que poderia ser um plano de Fernández o congelamento dos preços e aumento de salário na base do 'canetaço'. Isso não vai dar certo.

Dificulta a agenda liberal no Brasil?

Não pensamos em romper nada com a Argentina, mas esperamos que o lado de lá continue com as mesmas práticas do Macri, abertura, liberdade econômica, respeito às cláusulas democráticas do Mercosul. Nós nos preparamos para o pior. Já sabemos essa receita do que foi anunciado até o momento no pacote econômico do presidente eleito. Como em parte já foi adotada no Brasil no passado, não tem como dar certo.

E o Brasil pode ficar isolado, dependendo do resultado de outras eleições, como no Uruguai?

Isso é estudado. O Paulo Guedes despacha todo dia comigo, é um ministro que faço questão de despachar quatro vezes por semana no mínimo. É a gente casar economia com política. O Uruguai foi para o segundo turno, tem a situação, que vem da política do Pepe Mujica, e uma oposição que é mais alinhada com nossos pensamentos liberais e econômicos. Esperamos, torcemos que aconteça a eleição de alguém mais ligado ao nosso time, aí teríamos o Uruguai afinado conosco. Não tivemos problema com o Uruguai no tocante à economia com o atual presidente, mas temos de nos preparar sempre para o pior, porque você não pode dizer que foi surpreendido com os fatos. A política não acontece de uma hora para outra. Na Argentina, não foi de uma hora para outra. Sabemos aqui onde achamos que o Macri errou.

E o que seria?

Ele não fez as reformas que tinha de fazer no passado, ele fez uma meia reforma que tinha de ser feita e se aproximou muito das bandeiras da esquerda contra o conservadorismo. E o Chile meio parecido, até na mesma linha. Costumo dizer que quem fica no meio do caminho, mais cedo ou mais tarde, não tem como ir para frente nem vir para trás, e vem a derrota.

Essa poderia ser a diferença do sr.?

A grande diferença minha é confiar. É igual a um casamento. Você não pode casar e pensar que o outro lado vai fazer algo errado. É o que fiz com todos os ministros,

confiando 100% na linha deles. Agora, tenho poder de veto em algumas ações de ministros e sempre exigi que, no caso de qualquer nova medida, entrar em contato comigo. O fato de eu poder confiar nos ministros é que tem feito a diferença do meu governo para governos anteriores e alguns governos de outros países.

Além dos acordos bilaterais, qual é o saldo da viagem à Ásia?

No Japão, foi mais um evento de cortesia, mas tratamos de assuntos importantes. Na China, tivemos encontro reservado com o primeiro-ministro. Foi excepcional estarmos ao lado do nosso maior parceiro comercial. Lá vamos ampliar e diversificar nosso comércio. Depois fomos para os Emirados Árabes, Catar e Arábia Saudita. Hoje (ontem) começamos uma maratona na Arábia Saudita. Esses países, em especial os três últimos, têm um capital enorme e querem investir no Brasil.

O sr. está agora na Arábia Saudita. Aqui é um país que possui um regime opressivo. Causa algum incômodo buscar negócios com um país com esse perfil?

Nenhum. Estou em viagem, representando meu país, buscando ampliar nossos horizontes comerciais. Respeitamos as políticas dos países e não pretendemos entrar numa linha de discutir ou opinar o que acontece lá dentro, até porque acabamos de ter uma experiência bastante preocupante no Brasil, quando de forma não republicana ou não objetiva o presidente da França atacou o Brasil e colocou em xeque a nossa soberania. Tivemos apoio de vários países, mas o mais importante foram dois, Estados Unidos, que o Trump operou diretamente em impedir sanções econômicas, e também o embaixador da China, que foi bastante claro na questão da soberania.

O sr. disse que pode criar um novo partido. O sr. continua aberto a tudo em relação ao PSL?

Sou paraquedista e quando (a gente) sai do avião tem de ter um paraquedas reserva se algo der errado. Quero ter um partido onde eu tenha as ações, não é para mexer com Fundo Partidário. Eu tenho a (caneta) Bic que tem um poder enorme. Temos ministérios, estatais, diretorias de banco. Se eu quisesse, poderia usar isso aí para comprar alguns apoios. Mas não pretendemos fazer isso. Não estamos fazendo. A briga (com o PSL), da minha parte, não é por dinheiro do fundo, minha caneta é poderosíssima. Eu quero é transparência.

Além das questões internas do PSL, o sr. acha que falta um partido de direita forte no Brasil?

Nunca teve partido de direita no Brasil. O único de direita que tinha dentro da Câmara e se expressava abertamente desde 1991 era eu. Não tinha mais ninguém. Com a minha onda apareceu mais um monte de gente se dizendo de direita. Eles não sabem o que é ser de direita. Precisam ter humildade para entender e ouvir pessoas mais velhas, que há mais tempo labutam nessa área. Já a esquerda está muito bem estruturada, a gente não vê a esquerda brigando entre si. A esquerda está até preocupada porque não está trabalhando, eles não têm de fazer oposição. A oposição é feita do lado de cá. Isso tem de acabar.

E como está a situação no PSL?

Como as coisas estão indo, eu estou tentando serenar os ânimos, se eu sair do partido ele se acaba, não vai mais ter sucesso. O PSL vai se pulverizar. E numa futura janela muita gente vai sair se o partido continuar dessa maneira. Alguns são ávidos por cargos, eu passei 20 anos no Congresso e não tive cargo.

A possibilidade de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sair da prisão pode fortalecer a esquerda?

Não. A esquerda no Brasil está perante a opinião pública bastante desgastada. Afinal, a corrupção foi praticada de forma ampla, geral e irrestrita. A esquerda, no meu entendimento, não tem futuro no Brasil num curto espaço de tempo.

E o sr. será candidato?

Talvez. Depende. A vida é sacrificante, não vai pensar que eu estou felicíssimo. Nada sobe à minha cabeça, não tenho orgulho. De vez em quando a Presidência parece um sonho, em outras horas um pesadelo.

Além da economia, a pauta do conservadorismo também ajuda a garantir sustentação ao governo?

Isso não há dúvida que nos dá sustentação. Por outro lado, através do conservadorismo você consegue ordem e progresso, por meio da disciplina. Nenhum pai quer que o seu filho se desvirtue. E, por muitas vezes, a gente não vê isso no Brasil, até por conta de algumas poucas universidades onde a formação que existe não é de bons profissionais, mas apenas de militantes. É isso que também estamos tentando mudar, mas não é fácil.

Mudar como?

É uma coisa que vem errada desde muito tempo, até durante o período militar, onde o regime não ficou muito preocupado nessa questão da educação. Deixou a faculdade com a sua total autonomia. E você sabe, quando se tem total autonomia em algum lugar, acontecem exageros e grupos políticos se aproveitaram para fazer de algumas universidades seu laboratório para formar militantes. Erramos aí.

O MEC quer mudar a forma de contratação nas universidades...

Uma minoria dos professores trabalha oito horas por semana e tem o salário do teto. Isso não é justo com a maior parte que trabalha no mínimo 40 horas por semana e tem salário bem menor. Esses privilégios que a gente tem de atacar.

Meio do caminho

“Ele (Macri) não fez as reformas de tinha que fazer, ele fez uma meia reforma que tinha de ser feita e se aproximou muito das bandeiras da esquerda contra o conservadorismo.

E o Chile meio parecido, até na mesma linha. Costumo dizer que quem fica no meio do caminho, mais cedo ou mais tarde, não tem como ir para frente nem vir para trás, e vem a derrota.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**Formação de professores é dominada por alunos da modalidade à distância
Dois a cada três estudantes de Pedagogia fazem EaD, e todas as licenciaturas das
particulares têm mais matriculados fora das salas; especialistas propõem
obrigação de carga presencial**

Dois em cada três estudantes de pedagogia optaram por fazer o curso à distância. Especialistas divergem sobre essa prática.

A cada três estudantes de Pedagogia no Brasil, dois (65%) fazem o curso à distância. Além disso, todas as licenciaturas da rede privada têm mais alunos estudando pelos computadores e apostilas do que nas salas de aulas — inclusive em Educação Física. Esse é o cenário da formação de professores no país, tema da segunda reportagem da série sobre EaD que O GLOBO publica desde ontem.

—A situação é preocupante. A EaD precisa ser uma exceção, e não a regra: — avalia Caio Sato, coordenador do núcleo de Inteligência do Todos Pela Educação. — Formar um bom professor é como formar um bom médico ou um bom engenheiro. Precisa de prática.

A posição do especialista, no entanto, não é unanimidade. Diretor de Desenvolvimento Científico da Associação Brasileira de Educação à Distância (Abed), João Mattar afirma que o curso de Pedagogia à distância traz benefícios diferentes ao futuro professor.

— Os cursos presenciais formam pouco o professor para utilizar tecnologia em sala de aula. Na EaD, ele já está sendo preparado para isso pela própria natureza da formação. Além disso, o aluno à distância é mais autônomo porque precisa estudar sozinho e passa isso melhor para os seus futuros estudantes — afirmou Mattar: — E boa parte dos alunos à distância não conseguiria fazer o curso presencial. Ou porque moram em locais distantes de universidades ou por não conseguirem pagar.

Michelle Felizardo, de 38 anos, é uma dessas professoras que não se formariam sem a possibilidade de estudar à distância. Ela cursou licenciatura em Biologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), por meio do Cederj no posto de Itaocara, no Noroeste do Estado. A graduação era à distância, mas previa que ela estivesse presencialmente em uma série de aulas práticas.

—Eu moro na zona rural de Laranjais. Para chegar ao polo, precisava andar por três quilômetros e pegar uma carona até o posto, porque eu não tinha dinheiro para o ônibus. Até em ambulância eu já peguei carona —conta.

Sem internet em casa, muito menos computador, ela aprendeu a maior parte do curso pelas apostilas. Hoje passou no concurso e é professora do curso que a formou.

—Na época da faculdade, eu morava com a minha vó e cuidava dela, que tinha Alzheimer. Hoje eu posso dizer que sou rica, em comparação à situação que a gente vivia. Para você ver: o sonho da minha avó era comprar um guarda-roupa. Quando eu ganhei meu salário, fui lá e comprei dois para ela — diz Michelle, que se formou em 2008, passou em três concursos e perdeu a avó há dois anos.

‘TEM QUE TER VIVÊNCIA’

Nem todos os cursos, no entanto, possuem a exigência de aulas práticas. Valéria Maddi, de 53 anos, faz Pedagogia na Estácio de Sá e gosta do curso. No entanto, as únicas tarefas presenciais que precisa cumprir são provas e três estágios.

—A faculdade não é ruim. O problema é o descrédito pelo valor que eles cobram. A faculdade é desacreditada —defende a moradora da comunidade de Beira-Rio, entre o Recreio e Vargem Grande, que estava há 28 anos sem estudar antes de se matricular: —

Mais pra frente eu acho que vou sentir falta de aulas práticas. Mas o estágio deve compensar, e a faculdade tem um banco de oportunidade que ajuda a encontrar.

Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial, também vê com preocupação a proliferação das matrículas de Pedagogia, maior curso EaD do país, com 440 mil alunos.

—A formação do professor tem que ter vivência. Ninguém formaria um médico ou um neurocirurgião à distância. Alógica é a mesma— afirma Costin. — Idealmente, não poderia ter Pedagogia EaD. No máximo, ter aparte teórica.

Países como Chile, México e Peru proíbem a formação de professores EaD. No Brasil, se discute a obrigação de uma carga horária mínima presencial para os cursos de formação de professores. Ela foi apresentada por Claudia Costin e pelo Todos Pela Educação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, texto que definirá o que e espera de um docente recém-formado. A tese ainda não está incluída no documento, que segue na fase de debates e consulta pública.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Ufba decide não aderir ao Future-se

Federais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília também rejeitaram o PL

O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal da Bahia (Ufba) rejeitou, por unanimidade, o projeto de lei que pretendia instituir o Future-se da instituição. A maioria das universidades federais já decidiu não aderir ao programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em julho deste ano, ou manifestou críticas a matéria. Os membros do Consuni passaram a tarde desta terça-feira (29) reunidos no Salão Nobre da Reitoria discutindo o projeto.

Segundo o governo federal, o Future-se pretende dar maior autonomia às universidades e, para isso, faz alterações significativas na administração dessas instituições, como a contratação de professores e técnicos via CLT (carteira assinada), e não mais por concurso, e com contratos intermediados por Organizações Sociais (OSs). Elas são entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos.

O Ministério da Educação afirma que o Future-se vai permitir que universidades e institutos aumentem as receitas por meio de fomento à captação de recursos próprios e com segurança jurídica. Diz que terão mais flexibilidade para realizar despesas e poderão se tornar menos dependentes do orçamento, contingenciamento e PEC do

gasto. Apesar do governo negar que as universidades estejam sendo privatizadas, estudantes e professores temem que o projeto signifique um passo para a privatização.

As federais de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB) também rejeitaram a mudança. Alguns reitores argumentam que o projeto é vago e que não é claro sobre a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Outros questionam a legalidade jurídica e viabilidade fiscal do programa, que prevê também indicadores de metas e governança.

Um levantamento feito, em setembro, pelo jornal O Estado de São Paulo mostrou que 34 das 63 universidades federais (54%) rejeitam o projeto de alguma forma. Segundo o jornal, até o dia 26 do mês passado, 27 instituições decidiram em seus Conselhos Universitários por não aderir à proposta e outras sete disseram que ainda iriam concluir um documento, mas criticam o Future-se.

Outras 27 ainda não tomaram uma decisão ou não pretendem se manifestar até que haja um projeto de lei. Duas não responderam à reportagem e também não publicaram posicionamento a respeito do programa. O MEC pretende finalizar em outubro o projeto de lei para mandar ao Congresso.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Marcos Pontes está determinado a evitar fusão de CNPq e Capes

"Há outras soluções para economizar", disse o titular da Pasta de Ciência e Tecnologia. Em disputa, um orçamento de R\$ 4,5 bilhões

Enviado especial a Riade (Arábia Saudita) – O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, acredita que uma ideia que vem ganhando força dentro do governo, de fundir dois órgãos de fomento à pesquisa e educação, é prejudicial ao Brasil e precisa ser evitada. “Tem outras soluções mais eficientes e, assim que eu voltar, vou me reunir com o ministro Abraham Weintraub [da Educação] para mostrar isso”, disse ele sobre a ideia de unir em um único órgão o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O CNPq está sob responsabilidade do ministério do ex-astronauta, enquanto a **Capes** é administrada pela pasta de Weintraub – de quem partiu a ideia da fusão com o objetivo de economizar.

“Não precisa disso, é só uma questão de melhorar a gestão das duas instituições”, argumenta Pontes, que integra a comitiva brasileira que visita a Arábia Saudita. “O CNPq, por exemplo, está em um prédio alugado que vamos devolver, porque já estamos reformando um imóvel nosso”, explica.

Além de argumentos sobre a diferença de vocação de cada uma das entidades, está em disputa a administração de orçamentos bilionários. A **Capes** teve R\$ 3,3 bilhões para utilizar em 2019. Já o CNPq tem à disposição cerca de R\$ 1,2 bilhão (dos quais R\$ 900 milhões somente para bolsas). Juntos, portanto, os órgãos vão movimentar R\$ 4,5 bilhões em 2019.

“A funcionalidade da **Capes** é ligada à educação, formação de mestres, doutores, de professores”, argumenta Pontes. “Já o CNPq é focado em pesquisa, desenvolvimento

tecnológico. Se botar na ponta do lápis o que é feito pelo órgão, percebe-se que não há economia que compense uma fusão”, afirma ainda.

Apesar do otimismo de Pontes, o Metrôpoles apurou na última semana que os argumentos de Weintraub estavam ganhando força nessa queda de braço. Novidades podem ser esperadas ainda para esta semana, visto que Pontes volta ao Brasil nesta quarta-feira (30/10/2019), junto ao presidente Jair Bolsonaro (PSL), que concluiu um giro pela Ásia e pela Península Arábica.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Veja como tirar nota mil na redação do Enem

Redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiraram a nota máxima têm pelo menos seis pontos em comum: demonstram domínio da modalidade escrita formal, respeitam os direitos humanos, têm proposta de intervenção para o problema apresentado no tema, têm repertório sociocultural, atendem ao tipo textual dissertativo-argumentativo e apresentam as características textuais fundamentais, como coesão e coerência.

Esses foram os aspectos destacados por especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que comentaram sete redações que tiraram a nota mil no Enem 2018. O tema do ano passado foi Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

As redações nota mil e os comentários dos especialistas estão na Cartilha do Participante, disponível no site do Inep. A prova de redação do Enem 2019 será aplicada neste domingo (3) para cerca de 5,1 milhões de candidatos inscritos no exame. Além da redação, eles farão as provas de ciências humanas e linguagens.

A cartilha traz também exemplos de trechos que fizeram com que os participantes zerassem as competências analisadas pelos corretores. Cada uma das cinco competências vale 200 pontos.

Um dos quesitos é respeito aos direitos humanos. De acordo com o Inep, são consideradas desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição – por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”.

No ano passado, zeraram essa competência os textos que incitavam tortura e cárcere privado a pessoas que faziam o uso do controle de dados para a manipulação, que promoviam censura e vigilância em massa, que impediam a liberdade de acesso à informação e comunicação de qualquer pessoa ou grupo e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa.

Algumas dicas, de acordo com a cartilha, são importantes para ir bem na prova. O Inep aconselha: "Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Redação com letra ilegível poderá não ser avaliada".

Correção da prova

Cada redação será corrigida por duas pessoas. Eles darão notas de 0 a 200 para cada uma das cinco competências avaliadas no Enem. A nota final será a média aritmética

das duas notas.

Caso haja uma diferença entre as notas de mais de 100 pontos na nota final ou de mais de 80 pontos em qualquer uma das competências, a redação passará por um terceiro avaliador.

Se a diferença entre as notas dadas se mantiver, a redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que definirá a nota final do participante.

As cinco competências avaliadas na redação do Enem são:

- 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Motivos para zerar a redação

A nota zero na redação impede o candidato de participar de processos seletivos do Ministério da Educação (MEC) como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que seleciona estudantes para vagas em universidades públicas, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com o Inep, a redação receberá nota zero se apresentar uma das características a seguir: fuga total ao tema, não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa, texto de até sete linhas, cópia integral de textos da prova de redação ou do caderno de questões, impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação em qualquer parte da folha de redação, números ou sinais gráficos fora do texto e sem função clara ou parte deliberadamente desconectada do tema proposto.

Veja os temas da redação de edições anteriores

Enem 2009: O indivíduo frente à ética nacional

Enem 2010: O trabalho na construção da dignidade humana

Enem 2011: Viver em rede no século XXI: Os limites entre o público e o privado

Enem 2012: O movimento migratório para o Brasil no século XXI

Enem 2013: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

Enem 2014: Publicidade infantil em questão no Brasil

Enem 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

Enem 2016: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil e Caminhos para combater o racismo no Brasil - Neste ano houve duas aplicações do exame.

Enem 2017: Desafios para formação educacional de surdos no Brasil

Enem 2018: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Formação de professor é dominada por alunos na educação à distância A cada três estudantes de Pedagogia no Brasil, dois (65%) fazem o curso à distância

RIO — A cada três estudantes de Pedagogia no Brasil, dois (65%) fazem o curso à distância. Além disso, todas as licenciaturas da rede privada têm mais alunos estudando pelos computadores e apostilas do que nas salas de aulas — inclusive em Educação Física. Esse é o cenário da formação de professores no país, tema da segunda reportagem da série sobre EaD que O GLOBO publica desde ontem.

No setor privado, alunos de educação à distância (EaD) já são maioria em metade das formações universitárias em que os estudantes podem optar entre o modelo presencial e o on-line. Há cinco anos, apenas 21% dessas carreiras tinham mais alunos estudando fora do que dentro das salas de aula tradicionais.

O dado ilustra a explosão da modalidade, que tinha apenas 60 mil graduandos em 2004 e passou a quase dois milhões de matrículas no ano passado — 24% dos alunos no país. Além disso, em 2018 houve, pela primeira vez, mais oferta de vagas à distância (7,1 milhões) do que presencial (6,3 milhões).

— A situação é preocupante. A formação de professor via EaD precisa ser uma exceção e não a regra: — avalia Caio Sato, coordenador do núcleo de Inteligência do Todos Pela Educação: — Formar um bom professor é como formar um bom médico ou um bom engenheiro. Precisa de prática. Boa parte das formações presenciais também pecam por isso, mas é a partir delas que a gente enxerga um professor melhor formado.

A posição do especialista, no entanto, não é unanimidade. Diretor de Desenvolvimento Científico da Associação Brasileira de Educação à Distância (Abed), João Mattar afirma que o curso de Pedagogia à distância traz benefícios diferentes ao futuro professor.

— Os cursos presenciais formam pouco o professor para utilizar tecnologia em sala de aula. Na EaD, ele já está sendo preparado para isso pela própria natureza da formação. Além disso, o aluno à distância é mais autônomo porque precisa estudar sozinho e passa isso melhor para os seus futuros estudantes — afirmou Mattar: — E boa parte dos alunos à distância não conseguiria fazer o curso presencial. Ou porque moram em locais distantes de universidades ou por não conseguirem pagar.

Aulas presenciais

Michelle Felizardo, de 38 anos, é uma dessas professoras que não se formariam sem a possibilidade de estudar à distância. Ela cursou licenciatura em Biologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), por meio do Cederj no posto de Itaocara, no Noroeste do Estado. A graduação era à distância, mas previa que ela estivesse presencialmente em uma série de aulas práticas.

— Eu moro na zona rural de Laranjais. Para chegar ao polo, precisava andar por três quilômetros (cerca de 35 minutos) e pegar uma carona até o posto porque eu não tinha dinheiro para o ônibus. Até em ambulância eu já peguei carona — conta.

Sem internet em casa, muito menos computador, ela aprendeu a maior parte do curso pelas apostilas. Hoje dá aulas no curso que a formou.

— Na época da faculdade, eu morava com a minha vó e cuidava dela, que tinha Alzheimer. Hoje eu posso dizer que sou rica, em comparação à situação que a gente vivia. Para você ver: o sonho da minha vó era comprar um guarda-roupa. Quando eu ganhei meu salário, fui lá e comprei dois para ela — diz Michelle, que se formou em 2008, passou em três concursos e perdeu a avó há dois anos.

Veja mais: Na rede privada, metade dos cursos com opção EAD já tem mais alunos à distância do que no presencial

Nem todos os cursos têm aulas práticas como o de Michelle — não há essa exigência na legislação. Valéria Maddi, de 53 anos, faz Pedagogia na Estácio de Sá e gosta do curso. No entanto, as únicas tarefas presenciais que precisa cumprir são provas e três estágios.

— A faculdade não é ruim. O problema é o descrédito pelo valor que eles cobram. A faculdade é desacreditada. Eu não acho o curso ruim — defende a moradora da comunidade de Beira-Rio, entre o Recreio e Vargem Grande, que estava há 28 anos sem estudar antes de se matricular: — Mais para frente eu acho que vou sentir falta de aulas práticas. Mas vejo que o estágio vai compensar, e a faculdade tem um banco de oportunidade que ajuda a encontrar.

Mínimo presencial

Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial, também vê com preocupação a proliferação das matrículas de Pedagogia, maior curso EaD do país com 440 mil alunos.

— A formação do professor tem que ter vivência. Ninguém formaria um médico ou um neurocirurgião à distância. A lógica é a mesma — afirma Costin: — Idealmente, não poderia ter Pedagogia EaD. No máximo, ter a parte teórica.

Países como Chile, México e Peru proíbem a formação de professores EaD. No Brasil, se discute a obrigatoriedade de uma carga horária mínima presencial para os cursos de formação de professores.

A tese foi apresentada por Claudia Costin e pelo Todos Pela Educação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) na formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, texto que definirá o que se espera de um docente recém-

formado. Ela ainda não está incluída no documento, que segue na fase de debates e consulta pública

Outra sugestão do Todos Pela Educação é uma prova de certificação de professores no fim da universidade.

— Seria um mecanismo importante para garantir a qualidade. Uma avaliação que levaria em conta uma parte escrita e outra mensuração prática — afirma Caio Sato, do Todos Pela Educação.

A regulação do setor, no entanto, encontra resistência. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defende uma autorregulação proposta pelas próprias universidades privadas. Luciano Sathler, membro da Abed, também é contra.

— Me parece um contrassenso. Estamos falando de uma profissão pouco valorizada, não tem salário adequado e encontra estrutura de trabalho muito ruim. Os alunos com melhores notas do Enem não escolhem Pedagogia mesmo tendo vocação porque não enxergam futuro. Precisa valorizar a profissão antes com melhores salários para proferes que apresentem os melhores resultados — afirmou Sathler.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola do Gama vota nesta quarta se quer aderir ao programa de militarização no DF

Consulta, no CEF 5, é a partir das 19h. De 13 escolas onde houve votação, 11 aprovaram gestão compartilhada com PM.

Pais, alunos, professores e funcionários do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 5, do Gama, decidem nesta quarta-feira (30) se querem ou não participar do programa de militarização das escolas públicas do Distrito Federal. A votação está marcada para as 19h.

A consulta será a 14ª feita desde o início da gestão de Ibaneis Rocha (MDB). Das 13 escolas onde houve votação, até agora, 11 optaram pela gestão compartilhada (veja lista abaixo).

As duas escolas que votaram contra o projeto foram o Gisno, na Asa Norte, e o CEF 407 de Samambaia. Em Samambaia, após a votação, a escola solicitou uma reavaliação e passou a fazer parte do programa depois que um estudante foi esfaqueado em frente ao colégio.

Na segunda-feira (28), o CEF 1, do Riacho Fundo, aprovou a proposta. Se a comunidade do Gama votar favoravelmente, será a 12ª unidade escolar do programa. Gestão compartilhada com as Forças Armadas

O programa de gestão compartilhada no DF começou em fevereiro. Em outubro, o governador Ibaneis aderiu ao modelo das escolas cívico-militar do governo federal.

Governo lança programa para incentivar criação de escolas cívico-militares em todo o país

No programa federal, a União coloca à disposição dos governos estaduais e municipais a estrutura e os profissionais das Forças Armadas, que atuarão em funções administrativas e de gestão nas escolas. Segundo o GDF, o executivo local deve

escolher duas escolas para fazerem parte do programa nacional.

Entre as opções, de acordo com o governo, estão o CEF 1 do Riacho Fundo II, o CEF 5 do Gama – que ainda vai votar se aprova a gestão compartilhada – e o CED 416 de Santa Maria. O projeto em Santa Maria foi aprovado em 1º de outubro, mas sua implantação ainda não foi iniciada.

O governo do Distrito Federal afirma que pretende implementar, até 2022, 40 escolas militarizadas. As unidades serão escolhidas levando em conta o Indicador de Vulnerabilidade Escolar (IVE), que leva em conta:

Vulnerabilidade social

Criminalidade na região

Desenvolvimento humano

Educação Básica

A partir do momento que a escola é escolhida, o Conselho Escolar começa os debates e as assembleias com a comunidade escolar. De acordo com o GDF, "as audiências têm caráter apenas consultivo e só depois delas acontece a votação".

Corte de cabelo em escolas militarizadas terá regras flexibilizadas, diz GDF
As secretarias de Educação e de Segurança trabalham de maneira integrada na Gestão Compartilhada. Professores, diretores e orientadores continuam com a parte pedagógica.

Os policiais militares e bombeiros contribuem com a parte de disciplina, segurança, conceitos de ética e cidadania. Eles também promovem atividades esportivas e musicais no contraturno das aulas.

Veja as escolas do DF que aprovaram a militarização

Centro Educacional 3 de Sobradinho

Centro Educacional 308 do Recanto das Emas

Centro Educacional 1 da Estrutural

Centro Educacional 7 de Ceilândia

Centro Educacional Condomínio Estância III de Planaltina

Centro Educacional 1 do Itapoã

Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga

Centro de Ensino Fundamental 1 do Núcleo Bandeirante

Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia

Centro Educacional 416 de Santa Maria

Centro de Ensino Fundamental 1 do Riacho Fundo II

Leia mais notícias sobre a região no G1 DF.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

GDF lança consulta pública para novo currículo do ensino médio

Secretaria de Educação abre espaço para sugestões até 20 de novembro

A consulta pública do currículo das escolas-piloto do Novo Ensino Médio será lançada nesta quarta-feira (30/10/2019), às 14h, pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Durante o evento será apresentada a proposta da SEEDF em relação aos objetivos de aprendizagem (conteúdos) que deverão fazer parte da nova grade dos estudantes da última etapa da educação básica. A consulta ficará aberta até 20 de novembro e os resultados serão apresentados em 4 de dezembro.

O Novo Ensino Médio, previsto pela Lei Federal 13.415/2017, determina que a carga total deve ser de 3 mil horas, sendo 1,8 mil horas para as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 1,2 mil para os cinco itinerários formativos, compostos pelas quatro áreas de conhecimento da base, para aprofundamento dos temas de interesse do estudante, e pelo ensino técnico profissional.

No Distrito Federal, o ensino médio já tem 3 mil horas. O desafio é dar aproveitamento à carga horária em sintonia com a nova legislação. No caso dos itinerários formativos o estudante deverá escolher pelo menos dois, incluindo ou não o técnico-profissional.

O novo currículo será implementado em 2020 apenas nas escolas selecionadas para serem o piloto do projeto: CED 03 do Guará; CEM 804 do Recanto das Emas; CEM 03 de Taguatinga; CED 04 de Sobradinho; e Cemi Gama.

Poderão contribuir com a consulta pública todos os interessados – professores, estudantes, gestores, pesquisadores e o setor produtivo, por exemplo. Dos eventos de lançamento e da apresentação dos resultados só podem participar aqueles que se inscreveram previamente.

Serviço:

Lançamento da Consulta Pública do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio

Data/hora: 30/10/2019, 14 horas

Local: auditório do Iesb, SGAS Quadra 613/614, Asa Sul

(Com informações da Secretaria de Educação)

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Veja como tirar nota mil na redação do Enem

Redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiraram a nota máxima têm pelo menos seis pontos em comum: demonstram domínio da modalidade escrita formal, respeitam os direitos humanos, têm proposta de intervenção para o problema apresentado no tema, têm repertório sociocultural, atendem ao tipo textual dissertativo-argumentativo e apresentam as características textuais fundamentais, como coesão e coerência.

Esses foram os aspectos destacados por especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que comentaram sete redações que tiraram a nota mil no Enem 2018. O tema do ano passado foi Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

As redações nota mil e os comentários dos especialistas estão na Cartilha do Participante, disponível no site do Inep. A prova de redação do Enem 2019 será aplicada neste domingo (3) para cerca de 5,1 milhões de candidatos inscritos no exame. Além da redação, eles farão as provas de ciências humanas e linguagens.

A cartilha traz também exemplos de trechos que fizeram com que os participantes zerassem as competências analisadas pelos corretores. Cada uma das cinco competências vale 200 pontos.

Um dos quesitos é respeito aos direitos humanos. De acordo com o Inep, são consideradas desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição – por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”.

No ano passado, zeraram essa competência os textos que incitavam tortura e cárcere privado a pessoas que faziam o uso do controle de dados para a manipulação, que promoviam censura e vigilância em massa, que impediam a liberdade de acesso à informação e comunicação de qualquer pessoa ou grupo e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa.

Algumas dicas, de acordo com a cartilha, são importantes para ir bem na prova. O Inep aconselha: “Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Redação com letra ilegível poderá não ser avaliada”.
Correção da prova

Cada redação será corrigida por duas pessoas. Eles darão notas de 0 a 200 para cada uma das cinco competências avaliadas no Enem. A nota final será a média aritmética das duas notas.

Caso haja uma diferença entre as notas de mais de 100 pontos na nota final ou de mais de 80 pontos em qualquer uma das competências, a redação passará por um terceiro avaliador.

Se a diferença entre as notas dadas se mantiver, a redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que definirá a nota final do participante.

As cinco competências avaliadas na redação do Enem são:

- 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Motivos para zerar a redação

A nota zero na redação impede o candidato de participar de processos seletivos do Ministério da Educação (MEC) como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que seleciona estudantes para vagas em universidades públicas, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com o Inep, a redação receberá nota zero se apresentar uma das características a seguir: fuga total ao tema, não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa, texto de até sete linhas, cópia integral de textos da prova de redação ou do caderno de questões, impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação em qualquer parte da folha de redação, números ou sinais gráficos fora do texto e sem função clara ou parte deliberadamente desconectada do tema proposto.

Veja os temas da redação de edições anteriores do Enem

Enem 2009: O indivíduo frente à ética nacional

Enem 2010: O trabalho na construção da dignidade humana

Enem 2011: Viver em rede no século XXI: Os limites entre o público e o privado

Enem 2012: O movimento imigratório para o Brasil no século XXI

Enem 2013: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

Enem 2014: Publicidade infantil em questão no Brasil

Enem 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

Enem 2016: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil e Caminhos para combater o racismo no Brasil – Neste ano houve duas aplicações do exame.

Enem 2017: Desafios para formação educacional de surdos no Brasil

Enem 2018: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Equipe econômica tenta blindar pacote de reformas para corte de gastos
Pressão de vários grupos para barrar medidas dos projetos de mudanças no
serviço público e no Orçamento tem atrasado o envio das propostas para o
Congresso**

BRASÍLIA - Na fase final de elaboração de sua nova agenda de reformas, a equipe econômica tenta blindar as propostas das pressões de última hora e evitar que os textos já cheguem desidratados ao Congresso Nacional. Diferentes grupos tentam barrar medidas dos projetos de mudanças no serviço público (reforma administrativa) ou de maior flexibilidade no Orçamento, o que tem atrasado o envio das propostas. Com a

demora, parlamentares afirmam que as discussões sobre os temas polêmicos ficarão para o ano que vem.

O presidente Jair Bolsonaro também entrou em campo e cobrou da equipe econômica cautela em relação às mudanças que atingem o funcionalismo. Quebrando o silêncio que costuma anteceder o anúncio de pacotes, o Ministério da Economia divulgou nota, dizendo que "a proposta, que ainda não foi apresentada, tem como premissa a manutenção da estabilidade, do emprego e do salário dos atuais servidores."

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, as mudanças prometidas nos repasses do Fundeb, fundo de apoio à educação básica, também devem ficar de fora do conjunto de reformas a ser encaminhado esta semana ao Congresso. A ideia do governo era elevar gradualmente os repasses, mas os parlamentares tentam aproveitar um texto já em tramitação para aumentar os recursos.

Também deve ser retirada a proposta de desvinculação dos fundos constitucionais, usados para fomentar investimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A possibilidade de uso dos recursos em outras áreas, porém, enfrentou resistências de parlamentares.

A equipe econômica teria desistido ainda de propor mudanças no abono salarial, espécie de 14.º salário pago a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. Um ponto ainda em aberto é se haverá ou não mudança na avaliação de desempenho dos atuais servidores para que seja concedida a progressão na carreira.

"A ideia é que a progressão funcional seja por meritocracia, e não por tempo de serviço. A dúvida é se seria só para os que estão entrando ou valeria daqui a cinco anos. Eu acho que eles vão colocar os cinco anos e vão pagar para ver", disse a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS).

Para Simone, a nova agenda é formada por uma pauta difusa e vai "entrar de um jeito e sair de outro". "Dessa vez, o Senado vai fazer o dever de casa."

Líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP) reclamou dos sucessivos adiamentos na data de entrega das propostas e avisou que não há mais tempo para que elas sejam analisadas ainda este ano. "Paulo Guedes (ministro da Economia) é muito capaz, mas eles entendem pouco de ritmo do Congresso. Quando se desconsidera, só essa coisinha chamada Congresso, diz semana que vem eu mando o pacote, eles se virem para votar até 21 de dezembro... Vamos ver qual é o conteúdo."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Veja como tirar nota mil na redação do Enem

Redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiraram a nota máxima têm pelo menos seis pontos em comum: demonstram domínio da modalidade escrita formal, respeitam os direitos humanos, têm proposta de intervenção para o problema apresentado no tema, têm repertório sociocultural, atendem ao tipo textual dissertativo-argumentativo e apresentam as características textuais fundamentais, como coesão e coerência.

Esses foram os aspectos destacados por especialistas do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que comentaram sete redações que tiraram a nota mil no Enem 2018. O tema do ano passado foi Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

As redações nota mil e os comentários dos especialistas estão na Cartilha do Participante, disponível no site do Inep. A prova de redação do Enem 2019 será aplicada neste domingo (3) para cerca de 5,1 milhões de candidatos inscritos no exame. Além da redação, eles farão as provas de ciências humanas e linguagens.

A cartilha traz também exemplos de trechos que fizeram com que os participantes zerassem as competências analisadas pelos corretores. Cada uma das cinco competências vale 200 pontos.

Um dos quesitos é respeito aos direitos humanos. De acordo com o Inep, são consideradas desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição - por exemplo, as que defendem a "justiça com as próprias mãos".

No ano passado, zeraram essa competência os textos que incitavam tortura e cárcere privado a pessoas que faziam o uso do controle de dados para a manipulação, que promoviam censura e vigilância em massa, que impediam a liberdade de acesso à informação e comunicação de qualquer pessoa ou grupo e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa.

Algumas dicas, de acordo com a cartilha, são importantes para ir bem na prova. O Inep aconselha: "Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Redação com letra ilegível poderá não ser avaliada".

Correção da prova

Cada redação será corrigida por duas pessoas. Eles darão notas de 0 a 200 para cada uma das cinco competências avaliadas no Enem. A nota final será a média aritmética das duas notas.

Caso haja uma diferença entre as notas de mais de 100 pontos na nota final ou de mais de 80 pontos em qualquer uma das competências, a redação passará por um terceiro avaliador.

Se a diferença entre as notas dadas se mantiver, a redação será avaliada por uma banca presencial composta por três professores, que definirá a nota final do participante.

As cinco competências avaliadas na redação do Enem são:

- 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Motivos para zerar a redação

A nota zero na redação impede o candidato de participar de processos seletivos do Ministério da Educação (MEC) como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que seleciona estudantes para vagas em universidades públicas, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com o Inep, a redação receberá nota zero se apresentar uma das características a seguir: fuga total ao tema, não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa, texto de até sete linhas, cópia integral de textos da prova de redação ou do caderno de questões, impróprios, desenhos e outras formas propositais de anulação em qualquer parte da folha de redação, números ou sinais gráficos fora do texto e sem função clara ou parte deliberadamente desconectada do tema proposto.

Veja os temas da redação de edições anteriores do Enem

Enem 2009: O indivíduo frente à ética nacional

Enem 2010: O trabalho na construção da dignidade humana

Enem 2011: Viver em rede no século XXI: Os limites entre o público e o privado

Enem 2012: O movimento migratório para o Brasil no século XXI

Enem 2013: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

Enem 2014: Publicidade infantil em questão no Brasil

Enem 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

Enem 2016: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil e Caminhos para combater o racismo no Brasil - Neste ano houve duas aplicações do exame.

Enem 2017: Desafios para formação educacional de surdos no Brasil

Enem 2018: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Nós nos preparamos para o pior no caso da Argentina

O presidente Jair Bolsonaro disse não pretender romper relações com a Argentina após a vitória de Alberto Fernandez, representante da esquerda, nas eleições de domingo, mas espera que "o lado de lá" continue com as mesmas práticas de Mauricio Macri -

abertura, liberdade econômica e respeito às cláusulas democráticas do Mercosul. "Nós nos preparamos para o pior. Já sabemos a receita do que foi anunciado até o momento no pacote econômico do presidente eleito. Como em parte já foi adotada no Brasil no passado, não tem como dar certo", afirmou em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast em Riad, onde cumpre a última etapa da viagem a países asiáticos e do Oriente Médio.

Um dos planos de Fernández para estancar a crise argentina prevê congelamento de preços por 180 dias e garantia de aumento salarial de emergência - a inflação acumulada no último ano está perto de 60%. Bolsonaro também rebateu acusações de que comprou votos para tornar seu filho Eduardo líder do PSL na Câmara. "Temos ministérios, estatais, diretorias de banco. Se eu quisesse, poderia usar isso aí para comprar alguns apoios. Mas não pretendemos fazer isso. Não estamos fazendo", afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O sr. pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para não haver mal entendido com a reforma administrativista. O sr. tem preocupação que a falta de discussão provoque protestos como os do Chile?

Nós não queremos causar nenhum abalo junto aos trabalhadores do Brasil, com propostas que na prática não queremos implementar. Quando se fala em quebra de estabilidade (do servidor público), isso está sendo discutido para os futuros servidores. Para os atuais, todos os direitos estão sendo preservados. Mesmo assim, tenho dito que essa reforma administrativa tem de ser discutida comigo e também com o Parlamento antes de ser enviada para lá, porque não queremos ter reação por parte dos parlamentares. Ele (Guedes) tem um bom trânsito com o Davi Alcolumbre (presidente do Senado), com o Rodrigo Maia (presidente da Câmara). O empresário tem uma visão muito econômica dos seus negócios. No governo, a economia tem de ter essa visão, mas não pode esquecer da política.

A ideia com o Guedes é afinar esse discurso?

Sim. É igual à questão da CPMF. Foi discutido no passado que a CPMF era um nome que estava contaminado no Brasil. De modo que devemos abandonar a CPMF, apesar de suas vantagens.

O sr. acha que a economia brasileira vai reagir para evitar convulsões sociais como a que ocorre agora no Chile? Tem essa preocupação em vista?

O Brasil estará melhor se os nossos vizinhos também estiverem bem. Na minha última viagem ao Chile estava tudo em paz. No encontro com empresários (chilenos), eles falaram que o Brasil é muito importante, porque eles têm investido em torno de US\$ 35 bilhões no País. O Brasil está firme. Agora, o Chile está em um momento de incerteza. Esperamos que volte à normalidade, não apenas pelo investimento que eles têm aqui, até porque, com estabilidade, eles não mexeriam no que têm aplicado no Brasil, muito pelo contrário. No caso da Argentina, quem está voltando é a senhora Cristina Kirchner, muito ligada com Dilma, com Lula, com Morales, com o Lugo, com o falecido Fidel Castro e Maduro. Essa é a nossa preocupação. Sabemos que a sua receita econômica não deu certo em lugar nenhum do mundo. Algumas foram tentadas aqui no passado e não deram certo, como a Argentina, que ouvimos que poderia ser um plano de

Fernández o congelamento dos preços e aumento de salário na base do canetaço. Isso não vai dar certo.

Dificulta a agenda liberal no Brasil?

Não pensamos em romper nada com a Argentina, mas esperamos que o lado de lá continue com as mesmas práticas do Macri, abertura, liberdade econômica, respeito às cláusulas democráticas do Mercosul. Nós nos preparamos para o pior. Já sabemos essa receita do que foi anunciado até o momento no pacote econômico do presidente eleito. Como em parte já foi adotada no Brasil no passado, não tem como dar certo.

E o Brasil pode ficar isolado, dependendo do resultado de outras eleições, como no Uruguai?

Isso é estudado. O Paulo Guedes despacha todo dia comigo, é um ministro que faço questão de despachar quatro vezes por semana no mínimo. É a gente casar economia com política. O Uruguai foi para o segundo turno, tem a situação, que vem da política do Pepe Mujica, e uma oposição que é mais alinhada com nossos pensamentos liberais e econômicos. Esperamos, torcemos que aconteça a eleição de alguém mais ligado ao nosso time, aí teríamos o Uruguai afinado conosco. Não tivemos problema com o Uruguai no tocante à economia com o atual presidente, mas temos de nos preparar sempre para o pior, porque você não pode dizer que foi surpreendido com os fatos. A política não acontece de uma hora para outra. Na Argentina, não foi de uma hora para outra. Sabemos aqui onde achamos que o Macri errou.

E o que seria?

Ele não fez as reformas que tinha de fazer no passado, ele fez uma meia reforma que tinha de ser feita e se aproximou muito das bandeiras da esquerda contra o conservadorismo. E o Chile meio parecido, até na mesma linha. Costumo dizer que quem fica no meio do caminho, mais cedo ou mais tarde, não tem como ir para frente nem vir para trás, e vem a derrota.

Essa poderia ser a diferença do sr.?

A grande diferença minha é confiar. É igual a um casamento. Você não pode casar e pensar que o outro lado vai fazer algo errado. É o que fiz com todos os ministros, confiando 100% na linha deles. Agora, tenho poder de veto em algumas ações de ministros e sempre exigi que, no caso de qualquer nova medida, entrar em contato comigo. O fato de eu poder confiar nos ministros é que tem feito a diferença do meu governo para governos anteriores e alguns governos de outros países.

Além dos acordos bilaterais, qual é o saldo da viagem à Ásia?

No Japão, foi mais um evento de cortesia, mas tratamos de assuntos importantes. Na China, tivemos encontro reservado com o primeiro-ministro. Foi excepcional estarmos ao lado do nosso maior parceiro comercial. Lá vamos ampliar e diversificar nosso comércio. Depois fomos para os Emirados Árabes, Catar e Arábia Saudita. Nesta terça-feira, 29, começamos uma maratona na Arábia Saudita. Esses países, em especial os três últimos, têm um capital enorme e querem investir no Brasil.

O sr. está agora na Arábia Saudita. Aqui é um país que possui um regime opressivo. Causa algum incômodo buscar negócios com um país com esse perfil?

Nenhum. Estou em viagem, representando meu país, buscando ampliar nossos horizontes comerciais. Respeitamos as políticas dos países e não pretendemos entrar numa linha de discutir ou opinar o que acontece lá dentro, até porque acabamos de ter uma experiência bastante preocupante no Brasil, quando de forma não republicana ou não objetiva o presidente da França atacou o Brasil e colocou em xeque a nossa soberania. Tivemos apoio de vários países, mas o mais importante foram dois, Estados Unidos, que o Trump operou diretamente em impedir sanções econômicas, e também o embaixador da China, que foi bastante claro na questão da soberania.

O sr. disse que pode criar um novo partido. O sr. continua aberto a tudo em relação ao PSL?

Sou paraquedista e quando (a gente) sai do avião tem de ter um paraquedas reserva se algo der errado. Quero ter um partido onde eu tenha as ações, não é para mexer com Fundo Partidário. Eu tenho a (caneta) Bic que tem um poder enorme. Temos ministérios, estatais, diretorias de banco. Se eu quisesse, poderia usar isso aí para comprar alguns apoios. Mas não pretendemos fazer isso. Não estamos fazendo. A briga (com o PSL), da minha parte, não é por dinheiro do fundo, minha caneta é poderosíssima. Eu quero é transparência.

Além das questões internas do PSL, o sr. acha que falta um partido de direita forte no Brasil?

Nunca teve partido de direita no Brasil. O único de direita que tinha dentro da Câmara e se expressava abertamente desde 1991 era eu. Não tinha mais ninguém. Com a minha onda apareceu mais um monte de gente se dizendo de direita. Eles não sabem o que é ser de direita. Precisam ter humildade para entender e ouvir pessoas mais velhas, que há mais tempo labutam nessa área. Já a esquerda está muito bem estruturada, a gente não vê a esquerda brigando entre si. A esquerda está até preocupada porque não está trabalhando, eles não têm de fazer oposição. A oposição é feita do lado de cá. Isso tem de acabar.

E como está a situação no PSL?

Como as coisas estão indo, eu estou tentando serenar os ânimos, se eu sair do partido ele se acaba, não vai mais ter sucesso. O PSL vai se pulverizar. E numa futura janela muita gente vai sair se o partido continuar dessa maneira. Alguns são ávidos por cargos, eu passei 20 anos no Congresso e não tive cargo.

A possibilidade de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sair da prisão pode fortalecer a esquerda?

Não. A esquerda no Brasil está perante a opinião pública bastante desgastada. Afinal, a corrupção foi praticada de forma ampla, geral e irrestrita. A esquerda, no meu entendimento, não tem futuro no Brasil num curto espaço de tempo.

E o sr. será candidato?

Talvez. Depende. A vida é sacrificante, não vai pensar que eu estou felicíssimo. Nada sobe à minha cabeça, não tenho orgulho. De vez em quando a Presidência parece um sonho, em outras horas um pesadelo.

Além da economia, a pauta do conservadorismo também ajuda a garantir sustentação ao governo?

Isso não há dúvida que nos dá sustentação. Por outro lado, através do conservadorismo você consegue ordem e progresso, por meio da disciplina. Nenhum pai quer que o seu filho se desvirtue. E, por muitas vezes, a gente não vê isso no Brasil, até por conta de algumas poucas universidades onde a formação que existe não é de bons profissionais, mas apenas de militantes. É isso que também estamos tentando mudar, mas não é fácil.

Mudar como?

É uma coisa que vem errada desde muito tempo, até durante o período militar, onde o regime não ficou muito preocupado nessa questão da educação. Deixou a faculdade com a sua total autonomia. E você sabe, quando se tem total autonomia em algum lugar, acontecem exageros e grupos políticos se aproveitaram para fazer de algumas universidades seu laboratório para formar militantes. Erramos aí.

O MEC quer mudar a forma de contratação nas universidades...

Uma minoria dos professores trabalha oito horas por semana e tem o salário do teto. Isso não é justo com a maior parte que trabalha no mínimo 40 horas por semana e tem salário bem menor. Esses privilégios que a gente tem de atacar.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CONEXÃO TOCANTINS - TEMPO REAL

Abertas inscrições ao X Congresso Internacional de Direitos Humanos no TJTO, com conferencistas de seis países

Abertas inscrições para o X Congresso Internacional de Direitos Humanos no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com conferencistas de seis países. Na sua décima edição, o Congresso Internacional de Direitos Humanos será realizado mais uma vez em Palmas, de 6 a 8 de novembro próximo, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e no Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), reunindo conferencistas do Brasil, Estados Unidos, França, Espanha, Bélgica e Angola em debates focados em Segurança Humana e Desenvolvimento Socioambiental.

Antecedendo aos debates, das 8 às 12 horas, na Esmat, serão realizados minicursos com quatro temas, sob a coordenação do professor doutor Aloísio Alencar Bolwerk e a mestrandia Laís de Carvalho Lima. "O enfrentamento das Fakes News como Política Pública de Combate à Desinformação" é um dos assuntos em pauta.

Ainda na Esmat, e sob o comando da mestre Débora Honório Galan, acontecerá o Cinedebate com a exibição dos filmes - "À Espera" e "Nós" -, abordando, respectivamente, direitos da criança e do adolescente e direitos de refugiados. E, como nove temas, entre os quais "Teoria e Prática Humanizada em Direito e Gênero", a Esmat

sediará ainda as discussões sobre Boas Práticas do Mestrado.

A Esmat também sediará a atividade Boas Práticas do Mestrado, coordenada pela mestre Débora Honório Galan e na qual serão abordados nove temas, entre os quais "Instrução Básica e Periódica para Estagiários no Âmbito das Turmas Recursais do TJTO".

Já a abertura oficial do Congresso acontecerá no auditório do TJTO, às 19 horas, seguida da Conferência Magna Estados Unidos da América, a ser ministrada pela professora doutora Elizabeth Abi-Mershed, com atuação destacada na Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobre "O Trabalho no Sistema Interamericano e o Papel dos Juízes.

Também das 8 às 12 horas, as conferências continuam no dia 7, entre elas a da doutora Valdirene Daufemback (UnB), sobre os "Desafios da Segurança Pública no Brasil nos próximos anos". A programação do dia será fechada com dois workshops - "Segurança Alimentar: Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos" e a "Psicanálise do do Fim do Mundo".

Já o último dia do Congresso será aberto com a Exposição de Painéis (Integração do programa de Mestrado PJDH com a graduação e pós-graduação) no Hall do Auditório TJTO. Haverá ainda outras seis conferências, uma delas ministrada pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor-geral da Esmat, com o tema "Os limites do desenvolvimento da Amazônia Continental". Entre esses debates, acontecerá também o lançamento da Revista Esmat - edição especial Luso-Brasileira.

E após a última conferência do evento - a Conferência Ilanud- ONU/Brasil, sob o tema "Domínio da Segurança Humana no Mundo", com o professor doutor Edmundo Alberto Branco de Oliveira, haverá a solenidade de entrega do certificado aos melhores painéis de cada eixo temático e as melhores boas práticas, com sorteio de livros. Confira a programação.

Histórico do Congresso

Organizado pelo Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), o Congresso tem ainda como parceiros realizadores o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, o **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O tradicional Congresso, realizado anualmente em Palmas, tem como foco levar o público acadêmico e a sociedade a refletirem sobre os Direitos Humanos, pensados como direitos básicos de todos - civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, difusos e coletivos. (Cecom TJTO)

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

País já perdeu quase 18 mil bolsas de estudos este ano

Em seminário em São Paulo, entidades e instituições científicas pedem regularidade e segurança no orçamento para a educação e a ciência

As universidades e instituições de pesquisa brasileiras estão chegando ao fim de outubro com uma perda de 17.892 bolsas de estudos. Isto é o resultado do orçamento insuficiente ou dos congelamentos de verbas que atingiram os programas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O número foi levantado pela SBPC a partir dos dados dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, ao qual o CNPq está subordinado), do Ministério da Educação (MEC que controla a **Capes**) e do Congresso Nacional.

Nos primeiros dez meses do ano, o CNPq suspendeu e/ou bloqueou um total de 10.072 bolsas e a **Capes** teve 13.185 bolsas bloqueadas. No mesmo período, entretanto, as duas agências recuperaram parte dos recursos cortados, seja através de recomposição pelo Executivo, a partir de rubricas no fluxo de pagamento, seja por créditos suplementares aprovados no Congresso. Dessa forma, o CNPq recuperou 230 bolsas, fechando outubro com um saldo de 9.842 bolsas bloqueadas. A **Capes** recuperou pouco mais de 5.085 bolsas, fechando os primeiros dez meses com um saldo de 8.050 bolsas a menos.

O CNPq necessitava de R\$ 330 milhões adicionais para completar o pagamento das bolsas até o final do ano. Na semana passada, o Congresso aprovou um projeto de lei da Casa (PLN 41/2019) que libera um crédito suplementar de R\$ 93 milhões para o CNPq. Os recursos correspondem ao dinheiro recuperado pela Lava Jato, o que indica o cumprimento parcial do acordo, pois a expectativa era adicionar R\$ 250 milhões, resolvendo plenamente o déficit do CNPq. Com esse PLN, no entanto, resolve-se apenas o pagamento no próximo mês (outubro); o MCTIC havia remanejado recursos para pagar o mês de setembro. Há a promessa do Ministério da Economia de liberar os recursos ainda faltantes, da ordem de R\$ 157 milhões.

Além dos cortes de bolsas em 2019, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, alerta para as restrições que se avizinhavam no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 (PLOA 2020), enviado pelo Executivo ao Congresso em agosto. “O orçamento do MCTIC será de R\$ 3,5 bilhões, menor que os R\$ 5 bilhões deste ano. O CNPq não terá recursos para fomento, e a **Capes** terá seu orçamento cortado em quase 50%”, afirmou nesta segunda-feira (28/10), durante o seminário “Trabalhadores da ciência, bolsistas e corte de verbas”.

Organizado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o seminário foi realizado em um auditório da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Para o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que propôs o evento, o PLOA 2020 demonstra a gravidade da situação da ciência e educação no País: “A pesquisa brasileira poderá chegar em 2020 com orçamento muito menor do que o de 2010”.

Segundo o presidente da SBPC, o desmonte dos sistemas acadêmico e científico públicos não se limita ao contingenciamento de verbas para bolsas e para fomento à pesquisa, mas atinge também a formação e manutenção de pessoal qualificado nos institutos de pesquisa e agências de financiamento. “A composição da força de trabalho nos institutos de pesquisa do MCTIC, como INPA e INPE, ou nos institutos de pesquisa da Marinha, está envelhecendo, com boa parte dos pesquisadores já aposentados ou em vias de fazê-lo.” afirmou.

Participaram do seminário Niels Olsen Saraiva Câmara, assessor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP); Odair Furtado, pró-reitor de Pós-Graduação PUC-SP; e a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé. Convidados, os presidentes do CNPq e da **Capes** não compareceram, nem mandaram representantes.

Os representantes das universidades destacaram a incerteza sobre o orçamento – mais que o montante de recursos – como mais prejudicial à pesquisa científica que, conforme lembrou Odair Furtado, da PUC, é majoritariamente desenvolvida na pós-graduação das universidades públicas. “Estamos sofrendo efeitos de uma política que começou a ser implantada em 2017 e que é trágica”, afirmou o pró-reitor da PUC.

Segundo Furtado, o fechamento pela **Capes** dos programas de bolsas voltados aos cursos qualificados como três e quatro causa impacto negativo direto na produção de conhecimento no Brasil, levando à perda de talentos. “Isso representa um atraso no desenvolvimento científico do País que vamos perceber daqui dez a vinte anos”.

A presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), Flávia Calé, completou que o impedimento de bolsas para programas três e quatro impacta na formação e fixação de profissionais no interior. “Esses programas afetam o desenvolvimento regional, porque qualificam e fixam profissionais nos programas locais dos municípios”.

Mariana Mazza e Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Avaliação da pós-graduação brasileira: um olhar para o futuro

Artigo de Isaac Roitman, professor emérito da Universidade de Brasília

A **Capes** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior) foi criada no início da década de 50 do século passado, por iniciativa do notável educador Anísio Teixeira. Desde a sua criação ela modula os cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados) e a ela é responsável pelo notável desenvolvimento e desempenho da pós-graduação no Brasil.

Uma das mais importantes ações da **Capes** foi a introdução do sistema de avaliação dos cursos strictu sensu em 1976. Um dos objetivos da avaliação é a certificação da qualidade que tem sido utilizada como referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa. Em adição, ela identifica assimetrias regionais e atua no desenvolvimento de áreas estratégicas.

Essa avaliação se baseia em indicadores que são construídos pela comunidade acadêmica e referendados pelo seu Conselho Superior, que é constituído por seis membros natos, sete representantes da comunidade acadêmica, dois representantes do setor empresarial, um representante do Foprop (Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação), um representante da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), um representante da CTC (Comissão Técnica Científica) da Educação Superior e um representante da CTC da Educação Básica.

Leia na íntegra: Monitor Digital

topo ↕

REDEPRESS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Revista da CGU chega à 20ª edição com inovações

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou, nesta quinta-feira (24/10), a 20ª edição da Revista da CGU. Esta edição é fruto do seminário “Repensando o Esforço Anti-corrupção no Brasil”, realizado em Brasília em novembro de 2018 e organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a American University, com colaboração da CGU, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União (MPU).

Todos os participantes do seminário foram convidados pela Revista a submeter artigos relacionados com suas apresentações. Os textos foram submetidos ao processo de avaliação de duplo peer review e, posteriormente, à revisão geral e decisão editorial.

A edição marca a utilização, pela primeira vez, do Digital Object Identifier (DOI), que é um padrão para identificação de documentos em redes digitais. Além disso, a edição pode ser considerada um trabalho de transição, uma vez que em novembro de 2019 tomará posse nova comissão editorial, que encontra uma Revista fortalecida e em condições de avançar ainda mais nos próximos anos.

Próxima edição

A CGU já está recebendo artigos para a 21ª edição da Revista da CGU. Para participar, os interessados devem efetuar cadastro e realizar upload do artigo. Podem participar servidores públicos, assim como pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, estudantes e profissionais de outras entidades.

Os textos devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme orientações disponíveis no sítio eletrônico https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/about/submissions#authorGuidelines.

A Revista da CGU é uma publicação voltada à divulgação de artigos científicos inéditos, resultantes de pesquisas e estudos independentes sobre a atuação do Poder Público nas áreas de controle interno, correição, transparência, participação social, ouvidoria e enfrentamento à corrupção. A revista tem caráter multidisciplinar e é qualificada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** como B4 no sistema Qualis-Periódicos. Desse modo, os artigos da revista são relevantes para seleções de mestrado e doutorado de todo o Brasil.

topo ↕

UNILAB - TEMPO REAL

Inscrições prorrogadas para discentes do Curso de Especialização “Ciência é Dez”

As inscrições para os candidatos a discentes do Curso de Especialização Lato Sensu “Ciência é Dez”, modalidade a distância, foram prorrogadas. Os interessados agora têm até o dia 8 de novembro para realizar suas inscrições, conforme o Edital 04/2019 e seus aditivos.

Confira, na íntegra, o que muda no Processo Seletivo com o Aditivo II

O curso é ofertado pelo Instituto de Educação a Distância (IEAD). São oferecidas 30 vagas para cada polo de apoio presencial (Boa Viagem, Canindé, Quiterianópolis,

Redenção e São Francisco Conde/BA).

O resultado definitivo será divulgado no dia 14 de novembro, com matrículas nos dias 15 e 16.

Poderão participar desta seleção os portadores de diploma de curso superior de Física, Biologia, Química, áreas afins (conforme tabela da CAPES) e outras áreas, reconhecido pelo Ministério da Educação, que exercem atividades docentes (Sala de Aula) na rede pública.

Outras informações, enviar e-mail para selecaoiead@unilab.edu.br e acompanhar o site da IEAD/Unilab.

A TRIBUNA - SP - GERAL

Bolsas em Portugal

Em meio a sucessivos cortes de financiamento à ciência no País, nota-se que muitos pesquisadores têm buscado alternativas no exterior

A situação da pesquisa científica no Brasil é grave. Houve, neste ano, a suspensão de bolsas de pós-graduação em razão da falta de verbas, que atingiram as duas principais agências de financiamento, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Parte delas foi reativada, mas há ainda muitos estudantes sem acesso ao auxílio. Além disso, vários programas, como apoio a eventos científicos, cooperação internacional e bolsas a estudantes estrangeiros no País, estão suspensos, sem previsão de retorno.

O orçamento da **Capes** para 2020 foi reduzido à metade em relação ao atual exercício, e discute-se, no âmbito do governo, a fusão das duas agências, proposta que tem sido repudiada pela comunidade acadêmica, alegando que o papel delas é distinto e complementar, não se justificando a incorporação que só iria reduzir ainda mais as verbas destinadas à pesquisa no Brasil.

Em meio a esses sucessivos cortes de financiamento à ciência no País, nota-se que muitos pesquisadores têm buscado alternativas no exterior. Dados da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), de Portugal, mostram o crescimento da concessão de bolsas a brasileiros: em 2016, apenas três alunos tiveram bolsas concedidas pelo órgão; neste ano, até setembro, o número subiu para 62, alta de 1.966%.

A quantidade pode ser ainda maior, já que muitos possuem dupla cidadania portuguesa ou de outro país da União Europeia, não tendo sido contabilizados como brasileiros. A disputa é grande: somente em 2019, 388 candidatos apresentaram pleitos junto à FCT, sendo aprovadas 62 bolsas (16% do total). A intenção, na maioria dos casos, é buscar a bolsa internacional como alternativa à ausência de possibilidades no Brasil, com ganhos evidentes, uma vez que diversifica a pesquisa, com chances profissionais futuras muito mais amplas.

O País deve incentivar programas de intercâmbio, como as bolsas sanduíche para doutorandos no exterior, por meio das quais os estudantes permanecem, por um período, em determinado país realizando suas pesquisas em instituições de excelência, com orientação de professores locais e acesso a bibliotecas e centros de documentação. São necessários também programas de pós-doutoramento, acessíveis a pesquisadores

nacionais, para realizar seu trabalho no exterior.

Nestes casos, permanece o vínculo nacional. Mas, para que isso se realize, é preciso verbas e apoio institucional, hoje cada vez mais raros. Não é exagero falar em “fuga de cérebros”, exatamente de jovens talentosos que consideram que não é mais possível fazer pesquisa no Brasil. Eles se vão, não retornam, e o País perde cada vez mais espaços no cenário internacional, com consequências graves para o desenvolvimento nacional.

topo ↕

ALÔ BRASÍLIA - BRASIL

Conselho diz que fim do Fundeb vai inviabilizar a educação básica

O vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), Frederico Amancio, disse, em audiência na Câmara nesta semana, que, se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) realmente acabar, a educação básica no Brasil ficará inviável.

Hoje o Fundeb corresponde a 63% do financiamento de toda educação básica do País, mas a legislação atual extingue o fundo em 2020.

O fundo é composto por uma cesta de recursos de estados e municípios, que inclui impostos e transferências recebidas. E, desde 2010, a União entra com 10% do valor do fundo, dinheiro que é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.

“Se um pouco mais que 60% de tudo que se arrecada de tributos no Brasil vai para a União, eu acho que a União participar com apenas 9% do Fundeb é muito pouco”, disse Amancio, em audiência na comissão especial que discute uma proposta que torna o Fundeb permanente (PEC 15/15).

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Mais de 1,2 milhão não sabe local da prova

Até ontem de manhã, cerca de 3,9 milhões de participantes acessaram o cartão

A menos de uma semana para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cerca de 1,2 milhão de participantes ainda não sabem onde farão a prova, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Esses estudantes ainda não acessaram o cartão de confirmação da inscrição, que está disponível na Página do Participante e no aplicativo do Enem, que pode ser baixado nas plataformas Apple Store e Google Play. Segundo balanço divulgado ontem pelo Inep, 3,9 milhões de participantes, o equivalente a mais de 76% dos quase 5,1 milhões de inscritos no Enem 2019, acessaram o cartão até a manhã de ontem.

Além do local de prova, os estudantes podem conferir, no cartão o número da sala onde farão o exame; a opção de língua estrangeira feita durante a inscrição; e o tipo de atendimento específico e especializado com recursos de acessibilidade, caso tenham sido solicitados e aprovados, entre outras informações.

As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro em 1.727 municípios brasileiros. Quem precisa comprovar presença no dia de prova do Enem deve imprimir a declaração de comparecimento personalizada, também disponível na Página do Participante. Para

esses casos, de acordo com o Inep, é indispensável que a declaração seja impressa e entregue ao aplicador no dia do exame.

O instituto esclarece que não fornece comprovante de participação após o dia da prova. Para o primeiro dia do Enem, a declaração já está disponível. No dia 4 de novembro, dia seguinte ao primeiro domingo de aplicação do exame, o Inep disponibilizará a declaração de comparecimento do segundo domingo de provas, em 10 de novembro.

Recomendações

O Inep recomenda que os participantes imprimam o cartão de confirmação, e aqueles que precisam, imprimam a declaração de comparecimento e levem os dois para a aplicação do exame. Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova. Isso para que os estudantes conheçam o percurso e saibam o tempo que vão gastar de casa até o local da prova. No dia do Enem, a dica é chegar ao local com antecedência.

Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h. Devido a diferenças de fuso horário no País, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a hora local de aplicação do Enem em diferentes regiões. Quem concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Entenda como são elaboradas as questões do Enem

A prova de redação é a única prova subjetiva. As demais quatro provas terão 45 questões de múltipla escolha cada

Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começa a ser aplicado neste domingo (3) para, aproximadamente, 5,1 milhões de participantes, que farão provas de ciências humanas, linguagens e redação. O exame continua no dia 10, com provas de matemática e ciências da natureza. Todos as questões são elaboradas por especialistas e pré-testadas antes de integrarem o chamado Banco Nacional de Itens (BNI).

A prova de redação é a única prova subjetiva. As demais quatro provas terão 45 questões de múltipla escolha cada. Essas questões foram escolhidas a partir do BNI.

Os itens do Enem são elaborados por especialistas selecionados por meio de chamada pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Eles devem seguir a matriz de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após escritos, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, os itens são pré-testados em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o BNI, que fica disponível para aplicações futuras do Enem.

Esse banco, segue um protocolo de segurança. Todos os servidores e colaboradores com acesso aos itens assinam termos de sigilo e confidencialidade. No caso do Enem, assinam também uma declaração de não impedimento, para assegurar que não possuem relações de parentesco, que configuram nepotismo.

O BNI é acessado no Ambiente Físico Integrado Seguro, localizado na sede do Inep, em Brasília, apenas por pessoas autorizadas. O ambiente é completamente isolado, possui salas que só podem ser acessadas pelo uso de digitais e computadores sem acesso à internet ou à intranet da autarquia.

Todo o processo de captação, elaboração e revisão de itens para compor o Enem e outros exames do instituto ocorre nesse espaço. Não se sabe ao certo quantas questões compõem o banco do Enem, pois a informação que é sigilosa.

Revisão dos itens

Neste ano, no BNI entrou em evidência por conta de uma medida do Inep, de revisar as questões. A autarquia criou uma comissão para definir o que não seria usado no Enem 2019.

De acordo com nota técnica publicada pela autarquia, a comissão, criada no dia 20 de março deste ano, deveria "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais" e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do exame deste ano.

A comissão concluiu o trabalho no começo de abril. No entanto, pelo caráter sigiloso do BNI, o resultado não foi divulgado. O Inep esclareceu que como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados.

Mudanças na prova

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que o Enem não deverá ter mudanças substanciais já que as questões que serão usadas no exame deste ano "já estavam no banco de itens, então, não há nenhum tipo de direcionamento na prova". A orientação da atual gestão foi, segundo ele, evitar polêmicas.

Também à EBC, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o Enem terá como foco conhecimentos objetivos. A preocupação do Ministério da Educação (MEC), de acordo com o ministro, será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior. "Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos". Tanto o presidente do Inep, quanto o ministro da Educação garantiram que não tiveram acesso ao exame.

O Enem é atualmente a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil. Com as notas do exame, estudante podem pleitear vagas no ensino superior público, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), concorrer a bolsas de estudo em instituições

particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo ↕

O ESTADO - MS - BRASIL

Candidatos devem se atentar para horário de início de provas

Com a proximidade para o primeiro dia de prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o MEC (Ministério da Educação) divulgou uma orientação sobre os horários de aplicação da prova. Para esta edição, o exame recebeu 5,1 milhões de inscrições. Todos os locais de prova já podem ser consultados. As provas ocorrem nos dias 3 e 10 de novembro. Para o primeiro dia, os candidatos terão cinco horas e meia para fazer a prova, que contempla a redação. No segundo domingo, o tempo será de cinco horas. Conforme o MEC, os portões de acesso aos locais de prova serão abertos e fechados conforme o horário de cada unidade da Federação. Em Mato Grosso do Sul, a abertura dos portões está prevista para as 11h e o fechamento para as 12h. Quem chegar após o fechamento dos portões não poderá fazer a prova. As provas serão aplicadas às 12h30, terminando às 18h. Além do Estado, Roraima, Rondônia e Mato Grosso também aplicarão a prova no mesmo horário. Os candidatos só poderão entrar nas salas de prova após apresentarem documento de identificação com foto. É recomendado que os participantes levem o cartão de confirmação de inscrição.

topo ↕

O LIBERAL – SP - ESPECIAL

Olimpíada de Matemática atrai 1,3 milhão de alunos

A 2ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas Nível A (Obmep Nível A) acontece nesta terça-feira, em todo Brasil. Mais de 1,3 milhão de alunos de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de 18 mil escolas públicas farão a prova elaborada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

Na Obmep Nível A, as secretarias de Educação municipais e estaduais e os representantes das escolas federais são responsáveis pela logística de aplicação, correção de provas e eventuais premiações. Cerca de 4.700 secretarias inscreveram suas unidades para participar da competição. Os alunos terão 1 hora e 30 minutos para responder a 15 questões discursivas.

O conteúdo da prova segue os Parâmetros Curriculares Nacionais para alunos de 4º e 5º anos do Fundamental. As questões privilegiam o raciocínio lógico e a criatividade. A Obmep Nível A tem como objetivo estimular o estudo da Matemática, contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica, identificar jovens talentos e promover inclusão social.

Criada em 2005, a olimpíada é uma realização do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática e recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Educação. O gabarito da prova será divulgado em 26 de novembro.

topo ↕

SÃO CARLOS AGORA - tempo real

Pesquisadores de seis países reúnem-se na UFSCar para discutir ciência, tecnologia, inovação e transformação social

Jornadas de Jovens Pesquisadores ocorreu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O evento somou cerca de 600 trabalhos e 1.000 inscritos oriundos de 39 Universidades e 6 países. A coordenação e organização do evento foi feita pela

Secretaria de Relações Internacionais (SRInter/ UFSCar) e contou com o apoio da Reitoria da Universidade.

As Jornadas de Jovens Pesquisadores ocorrem desde 1993 e contam com a participação dos países integrantes da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Promovem o relacionamento entre jovens pesquisadores destes países, proporcionando o desenvolvimento de redes interpessoais e acadêmicas.

Neste ano o tema central foi "A Ciência e a Tecnologia na Produção de Inovação e Transformação Social". O evento faz parte das comemorações dos 50 anos da UFSCar. Para a Reitora da Universidade, Wanda Hoffmann, "a Universidade tem como missão transformar a sociedade, e isso se dá por meio da transformação de vidas. A UFSCar comemora 50 anos e, neste período, os servidores da Universidade, estudantes de hoje e estudantes já formados pela UFSCar, são responsáveis por impactar a sociedade a cada dia através da ciência, tecnologia e inovação".

Na abertura do evento, na tarde do dia 23 de outubro, foram homenageados o Secretário Executivo da AUGM, Álvaro Maglia, e o Presidente da AUGM, Gerónimo Gonzáles, por todo trabalho em prol da AUGM e do avanço da ciência na América Latina. Na ocasião o Prof. Dr. Victor Carlos Pandolfelli (Departamento de Engenharia de Materiais/ UFSCar) apresentou palestra abordando a importância da interdisciplinaridade. "Sozinhos nós não conseguimos resolver os desafios atuais", afirmou o Professor. O encerramento do 1º dia ficou por conta da Big Boom Orquestra, da UFSCar, cuja apresentação musical encantou os presentes e abrilhantou o evento.

Ao longo do evento, as Jornadas contaram com exposição de pôsteres, apresentações orais, reuniões, workshops, palestras, dentre outros. No segundo dia, 24 de outubro, ocorreu a confraternização dos expositores das Jornadas. A confraternização contou com a presença da Reitora da UFSCar, Wanda Hoffmann; do Vice-Reitor da Universidade, Walter Libardi; e da equipe da Secretaria de Relações Internacionais (SRInter/ UFSCar).

No terceiro dia do evento, 25 de outubro, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação apresentou o projeto PrInt CAPES/ UFSCar, programa de internacionalização da Universidade que vem sendo desenvolvido em várias frentes. Na sequência teve início a cerimônia de encerramento das Jornadas de Jovens Pesquisadores, que contou com a apresentação da próxima Universidade que irá sediar as Jornadas, em 2020: Universidade de Santiago (Chile). A Universidade, sua estrutura e pluralidade acadêmica foram compartilhadas com o público pela Profa. Anoeck van den Berg.

A sessão de encerramento também contou com premiações aos estudantes cujos trabalhos obtiveram maior destaque em suas respectivas áreas. As premiações foram entregues por representantes da AUGM, pelo Prof. Dr. João Batista Fernandes (Pró-Reitor de Pesquisa da UFSCar) e pela Reitora da UFSCar, Wanda Hoffmann. A finalização das Jornadas contou com a apresentação da Bateria UFSCar que, de maneira ímpar, contagiou os presentes com sua alegria e musicalidade.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Novo modelo de avaliação medirá impacto social e inserção regional das pesquisas

Objetivo é executar a iniciativa para programas de pós-graduação a partir de 2021

Em um trabalho para modernizar o Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPG), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** pretende substituir o atual modelo de análise de Formação e Pesquisa. O novo será baseado em cinco aspectos:

formação;
pesquisa;
transferência de conhecimento e inovação,
internacionalização;
inserção regional e impacto na sociedade.

O objetivo é executar o novo modelo no próximo ciclo de avaliação, que tem início em 2021. O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, ressaltou que a mudança deve mostrar um panorama dos pontos fortes de cada programa de pós-graduação. "Com a avaliação, vamos incentivar que a pesquisa tenha maior impacto na sociedade e na indústria", disse.

A expectativa é que o modelo aumente a colaboração com a indústria e dê maior retorno para a sociedade. "Hoje, o impacto social tem visibilidade menor pela falta de indicadores claros", afirmou a diretora de Avaliação da **Capes**, **Sônia Bão**.

Notas – A escala de notas, que hoje vai de 1 a 7 – sendo 3 o conceito mínimo para um programa ter o funcionamento autorizado –, será alterada. O novo modelo deve adotar uma nota de 1 a 5 para cada dimensão, tendo exigências mínimas em cada fator.

Sistema de pós-graduação – A pós-graduação no Brasil tem atualmente 4.591 programas. São mais de 87 mil bolsistas da **Capes** de mestrado, doutorado e pós-doutorado espalhados pelo país – no exterior, são mais de 5.500 em diversos países com colaboração acadêmica com a **Capes**.

topo 

SURGIU - TEMPO REAL

Mestrado da UFT aborda temas atuais da comunicação em jornada científica

O Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) realiza, nos próximos dias 30 e 31 de outubro, a IV Jornada Interdisciplinar. Serão apresentadas 64 pesquisas divididas em 12 diferentes eixos temáticos, exposições fotográficas, apresentações artísticas, além de debates sobre comunicação, cultura, conflitos, a profissão do jornalista e as novas mídias digitais, ética no jornalismo, direitos humanos na comunicação, educação, noticiabilidade e fake News.

Com o tema "Tendências em Comunicação: a construção social nas narrativas contemporâneas", a Jornada tem como um dos seus objetivos, construir na universidade um espaço de debates e expressões de questões identitárias, políticas, culturais, dentre outras que mobilizem os demais setores da sociedade em relação às vulnerabilidades sociais.

Os organizadores do evento, Liliam Ghizoni, Eder Eddine e Eduardo Bezerra explicam que o evento acontecerá pelos esforços dos voluntários, divididos em várias comissões de trabalhos. "Apesar de todos os cortes orçamentários que presenciamos nas universidades públicas, organizamos esse evento de modo gratuito e com qualidade a

toda a comunidade”, destaca Bezerra.

Ghizoni acrescenta que o evento contará com o palestrante internacional, Johnny Orejuela, que falará sobre os desafios da quarta revolução industrial no trabalho, na educação e na sociedade. Já o professor Eder Eddine relata que as quatro sessões denominadas “Conversando Sobre...” apresentam temas interdisciplinares de interesse da área da comunicação, essas sessões “foram pensadas de forma livre, onde os professores convidados dialogam com o público para aprofundar o debate e com isso poder gerar novas formas de entender a temática”.

Para conferir a programação completa é necessário acessar o site do evento (<https://www.even3.com.br/ivjornadappgcom>). Os acadêmicos interessados em certificado podem se inscrever pela plataforma e a comunidade também pode participar como ouvinte das apresentações das pesquisas, debates e palestras. A IV Jornada Interdisciplinar do PPGCom/UFT deste ano é realizada com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins (Sindjor/TO) e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad Amazônia).

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Entenda como são elaboradas as questões do Enem

Provas ocorrerão nos dias 3 e 10 de novembro em todo país

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começa a ser aplicado neste domingo (3) para, aproximadamente, 5,1 milhões de participantes, que farão provas de ciências humanas, linguagens e redação. O exame continua no dia 10, com provas de matemática e ciências da natureza. Todos as questões são elaboradas por especialistas e pré-testadas antes de integrarem o chamado Banco Nacional de Itens (BNI).

A prova de redação é a única prova subjetiva. As demais quatro provas terão 45 questões de múltipla escolha cada. Essas questões foram escolhidas a partir do BNI.

Os itens do Enem são elaborados por especialistas selecionados por meio de chamada pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Eles devem seguir a matriz de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após escritos, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, os itens são pré-testados em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o BNI, que fica disponível para aplicações futuras do Enem.

Esse banco, segue um protocolo de segurança. Todos os servidores e colaboradores com acesso aos itens assinam termos de sigilo e confidencialidade. No caso do Enem, assinam também uma declaração de não impedimento, para assegurar que não possuem relações de parentesco, que configuram nepotismo.

O BNI é acessado no Ambiente Físico Integrado Seguro, localizado na sede do Inep, em Brasília, apenas por pessoas autorizadas. O ambiente é completamente isolado, possui salas que só podem ser acessadas pelo uso de digitais e computadores sem acesso à

internet ou à intranet da autarquia.

Todo o processo de captação, elaboração e revisão de itens para compor o Enem e outros exames do instituto ocorre nesse espaço. Não se sabe ao certo quantas questões compõem o banco do Enem, pois a informação que é sigilosa.

Revisão dos itens

Neste ano, no BNI entrou em evidência por conta de uma medida do Inep, de revisar as questões. A autarquia criou uma comissão para definir o que não seria usado no Enem 2019.

De acordo com nota técnica publicada pela autarquia, a comissão, criada no dia 20 de março deste ano, deveria "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais" e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do exame deste ano.

A comissão concluiu o trabalho no começo de abril. No entanto, pelo caráter sigiloso do BNI, o resultado não foi divulgado. O Inep esclareceu que como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados.

Mudanças na prova

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que o Enem não deverá ter mudanças substanciais já que as questões que serão usadas no exame deste ano "já estavam no banco de itens, então, não há nenhum tipo de direcionamento na prova". A orientação da atual gestão foi, segundo ele, evitar polêmicas.

Também à EBC, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o Enem terá como foco conhecimentos objetivos. A preocupação do Ministério da Educação (MEC), de acordo com o ministro, será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior. "Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos".

Tanto o presidente do Inep, quanto o ministro da Educação garantiram que não tiveram acesso ao exame.

O Enem é atualmente a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil. Com as notas do exame, estudante podem pleitear vagas no ensino superior público, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), concorrer a bolsas de estudo em instituições particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Na rede privada, metade dos cursos com opção EAD já tem mais alunos à distância do que no presencial

O GLOBO começa série de reportagens sobre diferentes aspectos da modalidade ouvindo alunos, professores, especialistas no tema e atores do mercado

RIO — No setor privado, alunos de educação à distância (EaD) já são maioria em metade das formações universitárias em que os estudantes podem optar entre o modelo presencial e o on-line. Há cinco anos, apenas 21% dessas carreiras tinham mais alunos estudando fora do que dentro das salas de aula tradicionais.

O dado ilustra a explosão da modalidade, que tinha apenas 60 mil graduandos em 2004 e passou a quase dois milhões de matrículas no ano passado — 24% dos alunos no país. Além disso, em 2018 houve, pela primeira vez, mais oferta de vagas à distância (7,1 milhões) do que presencial (6,3 milhões).

Viu essa? Enem: conheça a técnica da redação pop, criada por um estudante que tirou nota mil

Por isso, O GLOBO começa hoje uma série sobre os diferentes aspectos da modalidade — ouvindo alunos, professores, especialistas no tema e atores do mercado —, para abordar contribuições e prejuízos que a EaD pode trazer ao ensino superior. Apesar do crescimento, alguns cursos, como Direito, ainda não são oferecidos à distância.

— Esse aumento tem um fundo social — opina Luciano Sathler, membro da Associação Brasileira de Educação à Distância (Abed).

Para o especialista, o Brasil ainda tem uma demanda não atendida por educação superior. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 21% dos brasileiros entre 25 a 34 anos têm diploma universitário. A média dos países ricos é de 44%. Pesquisa da Abed afirma que 76% dos alunos de graduação à distância têm entre 26 e 40 anos.

— Essas pessoas já têm família, emprego, se formaram no ensino médio há muito tempo. Nesse contexto, a EaD aparece com preço acessível e facilidades como a flexibilidade — afirma Sathler.

Flexível e acessível

Para o especialista, o Brasil ainda tem uma demanda não atendida por educação superior. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 21% dos brasileiros entre 25 a 34 anos têm diploma universitário. A média dos países ricos é de 44%. Pesquisa da Abed afirma que 76% dos alunos de graduação à distância têm entre 26 e 40 anos.

— Essas pessoas já têm família, emprego, se formaram no ensino médio há muito tempo. Nesse contexto, a EaD aparece com preço acessível e facilidades como a flexibilidade — afirma Sathler.

Com apenas R\$ 1 mil mensais e uma estrutura rígida de organização de estudos, o morador de Araras Wagner Baldo, de 35 anos, consegue fazer seis graduações à distância ao mesmo tempo.

— Faço um planejamento. Cada dia da semana estudo para um curso. O fim de semana deixo para a Matemática, pois me exige muitos exercícios.

Baldo já se formou, via EaD, em licenciatura de História e em Ciências Contábeis.

Atualmente, faz bacharelado em Matemática, Geografia e História, além dos cursos de Ciências Econômicas, de Tecnologia em Empreendedorismo e de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

— Pretendo empreender. Portanto, utilizarei bastante do conhecimento de algumas dessas graduações. Em relação a História, Matemática e Geografia, fiz e faço por gostar dessas áreas de estudo, mas também podem servir para dar aula em escola estadual caso eu precise financeiramente.

Segundo Sathler, membro da Abed, além de preços acessíveis (custo médio entre R\$ 250 e R\$ 500 mensais) e alta demanda, contribuíram para a expansão do setor um novo marco regulatório, instituído em 2017 pelo governo Temer, que facilitou a criação de polos e liberou instituições a oferecer exclusivamente cursos à distância.

— E também a popularização da tecnologia. Agora mais pessoas têm acesso e familiaridade para assistir a um vídeo ou ler um texto pelo telefone — aponta Sathler.

Pouca oferta pública

Enquanto as universidades privadas crescem exponencialmente, as públicas patinam. As particulares praticamente dobraram o número de alunos em cinco anos. Já as matrículas nas federais praticamente não se alteraram e ficaram em torno de 93 mil. As estaduais conseguiram, proporcionalmente, aumentar sua participação: de 46 mil para 77 mil. Houve também a diminuição da oferta de instituições municipais, que chegaram a ter 15 mil alunos, em 2013, e acabaram com pouco mais de mil, em 2018.

— O financiamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB, criada para gerir os cursos públicos à distância no país), nos últimos anos, tem sido inconstante. Quando surgiu, em 2005, houve grande adesão de universidades, mas isso precisa de recursos — avalia o ex-secretário Nacional de Educação à Distância Carlos Eduardo Bielschowsky, que ocupou o cargo entre 2006 e 2010.

Viu isso? Enem: GLOBO terá gabarito extraoficial nos dias de prova

Segundo ele, a perspectiva na época era dobrar o número de universitários no país, mas esse aporte não foi contínuo.

— O curso é muito bom porque usa a estrutura da universidade. Mas alguns anos não tiveram editais para novas turmas — afirmou Bielschowsky.

O Brasil tem uma única universidade pública totalmente voltada para o ensino à distância: a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Já no Rio, onde um a cada quatro universitários faz EaD, há um consórcio de instituições, chamado Cederj, que oferece os cursos por meio de entidades como UFRJ e Uerj.

Como funciona

Os cursos à distância também têm atividades presenciais. Provas finais, trabalhos de conclusão de curso e estágios são, usualmente, realizados presencialmente — mas, segundo Luciano Sathler, isso não é uma obrigação da legislação. As unidades mantêm polos com tutores aos quais os alunos podem recorrer.

Uma pesquisa da Abed com 259 instituições de ensino superior à distância aponta que a ferramenta mais utilizada é a videoaula: 92% dos cursos utilizam esse recurso. Ela é seguida de textos digitais (83%) e e-books (81%). Recursos mais interativos, como simulações e jogos, ainda são pouco utilizados, apenas em 45% e 34% dos cursos, respectivamente.

— A universidade nos entrega apostilas todos os semestres. Fora isso, cada matéria tem as suas respectivas aulas em vídeo, apostilas e textos em PDF na plataforma digital — conta Fátima (nome fictício), de 45 anos, uma mulher transexual moradora de Senador Canedo, interior de Goiás, que pediu para não se identificar por temer sofrer preconceito na cidade onde vive há poucos anos.

A estudante é casada, tem um filho adolescente e cursa a licenciatura em Geografia, 20 anos depois de trancar a matrícula na Federal de Goiás. Na época, não suportou “perseguições e discriminações”:

— Faltava apenas um ano pra eu me formar quando abandonei. Completar é questão de honra. Num curso EaD não encontro essas barreiras. Somos nomes e números de matrículas que estudamos e fazemos provas.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Base Nacional Comum Curricular: de que forma colégios se preparam para mudanças no ensino

A partir de 2020, currículos da educação infantil e do ensino fundamental de escolas públicas e particulares de todo o Brasil deverão estar de acordo com os princípios da BNCC

RIO — A partir do ano que vem, os currículos da educação infantil e do ensino fundamental de escolas públicas e particulares de todo o Brasil deverão estar de acordo com os princípios pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular, documento que define o conjunto de conhecimentos que os alunos devem adquirir a cada segmento da educação básica, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018. O objetivo é formar indivíduos preparados para concretizar seus projetos de vida e contribuir para o desenvolvimento da sociedade do século XXI. Para o ensino médio, o prazo é 2021. Na Barra e nos bairros vizinhos, enquanto se adaptam às novas diretrizes, diversas escolas vêm constatando que seu projeto pedagógico já contempla diferentes aspectos da Base.

A Eleva é uma delas. O conteúdo relacionado à cultura digital, por exemplo, uma das dez competências fundamentais estabelecidas pela Base, já tem destaque na escola, mas, segundo a direção pedagógica, será incrementado a partir do ano que vem. As mudanças visam a estimular a aprendizagem criativa dos alunos.

— Já tínhamos uma parte digital muito forte, mas, depois que a Base saiu, intensificamos ainda mais a forma de ver esse tema na escola. Criamos um currículo voltado para o digital, da mesma maneira que temos os de matemática, português ou inglês, com um programa detalhado do que pretendemos desenvolver em cada série, desde o início até o final da vida escolar do aluno, em três áreas: letramento digital, Maker Space e programação. A Base nos ajudou a melhorar e formalizar esse currículo — explica Marcio Cohen, diretor pedagógico da Eleva, que vê o documento do Ministério da Educação como um grande progresso em relação aos parâmetros

nacionais previamente existentes.

A escola tem uma diretoria dedicada ao currículo e ao treinamento de professores. Tendo a Base como ponto de partida, vem organizando eventos com os docentes para discutir o que pode ser aprimorado:

— É muito fácil colocar coisas no papel coerentes com a nova Base. Difícil é ter professores que estejam pensando sobre isso, refletindo sobre isso em sala de aula. Esse é o desafio maior.

O Colégio Cruzeiro, por sua vez, dará mais enfoque à educação tecnológica e às habilidades socioemocionais a partir de 2020.

— Entendemos que estas duas ideias são concepções que vão ajudar o professor em qualquer área do conhecimento; vão modificar a forma como ele trabalha o conteúdo — diz Ana Paula Ramos, diretora estratégica pedagógica do colégio, destacando a independência dos profissionais. — Acreditamos na criatividade e na autonomia de cada professor.

O corpo docente da escola se debruçou sobre o texto da Base durante todo o ano de 2018. Foram montados grupos de trabalho que tinham a tarefa de analisar as diretrizes do documento, verificar o que já era feito em sala e o que precisaria ser modificado.

Embora a coordenação pedagógica do Centro Educacional Miraflores explique que muito do que é proposto pela Base já venha sendo trabalhado no colégio, como pensamento crítico e protagonismo dos alunos, a direção viu necessidade de organizar formalmente o currículo após a regulamentação do documento. Para isso, contratou a assessoria de Lilian Bacich, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e cofundadora da Tríade Educacional.

Além da reformulação do currículo, o colégio, com turmas do maternal ao 5º ano do fundamental, diz estar dando atenção especial à adequação e à atualização do modo de trabalho de seu corpo docente:

— Uma vez por mês, realizamos grupos de estudos com nossos professores, nos quais são feitas apresentações com debates e dinâmicas, para que seja aprimorada a aprendizagem com foco no que a Base está sugerindo para eles — detalha Cristiane Bloise, coordenadora pedagógica do berçário e da educação infantil do Miraflores.

Mudanças nos currículos também estão previstas, até 2021, para estudantes do ensino médio. De acordo com Andrea Ramal, doutora em Educação pela PUC-Rio, alunos deste segmento deverão ser impactados por mudanças significativas em seus currículos.

— A maior das novidades está no ensino médio, que tem uma altíssima evasão. Quando você pergunta aos jovens por que pararam de estudar, muitos respondem que a escola não era interessante ou não acrescentava nada. A Base, junto com o Novo Ensino Médio (reforma que propõe diferentes grades curriculares, ou itinerários formativos, dependendo do interesse do jovem), propõe um programa diversificado e mais atraente — diz Andrea, que lançou recentemente o livro “Educação no Brasil — Um panorama do ensino na atualidade”, compilação de textos que publicou entre 2014 e 2019 em

veículos de comunicação.

Diretora da Escola Suíço-Brasileira, Rachel Guanabara diz que as adaptações necessárias nos ensinamentos infantil e fundamental já foram feitas. O ensino médio, acredita, será o maior desafio:

— Se o aluno quiser seguir pela Medicina, ele vai optar por um itinerário formativo mais relacionado à área de ciências da natureza; se pretende estudar Engenharia, vai para a área de matemática. Pela primeira vez teremos essa flexibilidade — explica Rachel, ressaltando que, além de trabalhar o currículo nacional, a Escola Suíço-Brasileira utiliza o internacional, que já possibilitava a seus alunos este tipo de escolha.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola do Riacho Fundo II é a 11ª no DF a aprovar gestão compartilhada com a PM

No resultado, 75% da comunidade escolar disse sim à mudança. Veja lista de colégios que aderiram ao modelo.

O Centro de Ensino Fundamental (CEF) 1, do Riacho Fundo II, aderiu ao modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar do Distrito Federal. A votação ocorreu na noite desta segunda-feira (28).

De acordo com a Secretaria de Educação, 75,6% da comunidade escolar disse "sim" à mudança. O resultado foi divulgado por volta das 22h30. Do total de votantes (1,2 mil), 21,1% discordaram da implementação e 40 pessoas (3%) votaram nulo.

Esta é a 11ª escola pública do DF a aderir ao modelo de militarização (veja abaixo como funciona). A votação envolveu servidores do colégio, pais e alunos. Agora, o próximo passo é definir se a unidade passa a integrar o programa do Ministério da Educação (MEC) ou o modelo estabelecido pelo GDF.

Veja resultado da votação no CEF 01 do Riacho Fundo II:

Sim: 927 (75,6%)

Não: 259 (21,1%)

Nulos: 40 (3,3%)

A diretora Leilane Costa, do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), acompanhou a votação e, após o resultado, disse que a evasão de alunos vai aumentar. "O jovem que não se enquadra nesse modelo, sai. E nós não queremos uma escola que exclua".

Quem achar ruim que vá à Justiça, diz Ibaneis sobre gestão compartilhada em escolas Corte de cabelo em escolas militarizadas terá regras flexibilizadas, diz GDF

A representante da entidade afirmou ainda que o modelo "não é o caminho correto pra resolver a criminalidade e a violência nas escolas". A reportagem aguarda um posicionamento da Secretaria de Educação.

Escolas militarizada no DF

Até esta terça-feira (29), 11 escolas públicas do Distrito Federal aceitaram a nova gestão:

Centro Educacional 3 de Sobradinho

Centro Educacional 308 do Recanto das Emas
Centro Educacional 1 da Estrutural
Centro Educacional 7 de Ceilândia
Centro Educacional Condomínio Estância III de Planaltina
Centro Educacional 1 do Itapoã
Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga
Centro de Ensino Fundamental 1 do Núcleo Bandeirante
Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia
Centro Educacional (CED) 416 de Santa Maria
Centro de Ensino Fundamental 1 do Riacho Fundo II

Gestão compartilhada

A proposta de gestão compartilhada faz parte do programa de governo de Ibaneis Rocha (MDB). No início do ano letivo de 2019, escolas localizadas na Estrutural, em Ceilândia, no Recanto das Emas e em Sobradinho serviram de "projeto piloto".

Segundo o GDF, as regiões foram escolhidas porque apresentam "alto índice de criminalidade" e têm estudantes com "baixo desempenho" escolar.

O plano agora é implementar o projeto em 40 escolas até 2020. Desde o início do ano outras instituições já aderiram ao projeto.

Desde o começo do ano, apenas duas escolas votaram contra a militarização em Brasília. O Gisno (Asa Norte) e o CEF 407 (Samambaia) disseram não à proposta. Em seguida, o colégio de Samambaia optou pela gestão compartilhada.

À época, a negativa fez com que o governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmasse ao G1 que iria implementar o modelo "de qualquer jeito".

topo 

G1 - TEMPO REAL

No Acre, portões abrem às 10h para quem vai fazer as provas do Enem 2019
Para acessar as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é necessário digitar o CPF e a senha na página do participante.

Diferente do como ocorreu no ano passado, com o fim do horário de verão, os portões dos locais de provas para quem vai fazer o Exame Nacional do Ensino (Enem) abrem uma hora mais tarde no Acre, às 10h (12h horário de Brasília).

O cronograma oficial do Enem 2019 segue a hora de Brasília, no Distrito Federal. Mas, por causa dos fusos do Brasil, para que as provas sejam aplicadas no mesmo momento que a de todos os candidatos do país, o horário local do Enem varia de estado para estado, sempre para acompanhar o fuso da capital federal.

De acordo como o Ministério da Educação (MEC), que divulgou uma série de orientações aos candidatos nesta semana, no Acre, os portões vão abrir às 10h e fechar às 11h, com início das provas às 11h30 e o término das provas às 17h, no primeiro dia de provas. No segundo dia, as provas encerram às 18h30.

As provas do Enem serão feitas nos dias 3 e 10 de novembro – primeiro e segundo

domingo do mês – em 17 cidades do estado. No país, a edição tem 5.095.382 inscritos.

Para acessar as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é necessário digitar o CPF e a senha cadastrada na inscrição na página do participante.

Provas

No Acre, mais de 38 mil estudantes estão inscritos. A Secretaria de Operações Integradas (Seop) se reuniu, no último dia 22, para estabelecer estratégias para a Operação Enem 2019.

A ação deve ser deflagrada na próxima quarta-feira (30), com o deslocamento dos malotes contendo as provas até os municípios do interior do estado. Somente na capital acreana, Rio Branco, serão 97 militares atuando em 63 locais de provas.

O coordenador da operação, coronel Ricardo Brandão, informou que na quarta (30) serão entregues os malotes com as provas nas cidades de Sena Madureira, Feijó, Tarauáca, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

Em seguida, na quinta (1), as provas serão levadas para Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Já no dia seguinte, sexta (2), a escolta de provas irá para Plácido de Castro, Acrelândia, Xapuri, Brasileia e Epiaciolândia. No dia 3, a previsão é de que as provas sejam distribuídas para os municípios de Senador Guiomard, Porto Acre e Rio Branco.

“Essa reunião foi de alinhamento para finalizar os detalhes de organização e implementação da operação de segurança do Enem. Além das escoltas das provas, temos a segurança dos locais de aplicação, monitoramento do processo de aplicação das provas desde o início para garantir que não haja nenhuma fraude e a segurança de todos os participantes”, disse o coronel.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Fundador do Instituto Paulo Freire participa de evento sobre educação em Santarém

II Seminário de Educação e Formação Humana na Amazônia será realizado dia 8 de novembro. Inscrições estão abertas, saiba como participar.

Estão abertas as inscrições para o II Seminário de Educação e Formação Humana na Amazônia que será realizado dia 8 de novembro na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) em Santarém, oeste do Pará. O evento terá participação do fundador do Instituto Paulo Freire.

O Prof. Dr. José Eustáquio Romão, também é diretor e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado e Mestrado), na Universidade Nove de Julho (Uninove) em São Paulo.

A abertura do evento, dia 8 de novembro, será às 14h30. A palestra principal do evento será às 19h, denominada: “Manuscritos de Paulo Freire”.

O evento é coordenado pelo Prof. Dr. Hergos Ritor Froes Couto e organizado pela turma de mestrado em educação 2019. O evento é voltado para estudantes e docentes da

Ufopa, mas é aberto ao público.

Serviço

O que? II Seminário de Educação e Formação Humana na Amazônia;

Quando? Dia 8 de novembro de 2019

Onde? Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), unidade Tapajós (Rua Vera Paz – bairro Salé).

topo ↗

JORNAL UNIÃO - NOTÍCIAS

UEL desenvolve bioinseticida contra o *Aedes aegypti*

Professores vão apresentar nesta quarta-feira, em Brasília, o bioinseticida que serve para controle do mosquito que, além de ser vetor para a dengue, transmite os agentes que causam a febre zika e a chikungunya.

Professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) apresentam amanhã (30), em Brasília, o bioinseticida desenvolvido por pesquisadores da instituição, com financiamento por órgãos federais. A reunião será com representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O projeto que desenvolveu o inseticida é feito em várias instituições do Estado e o coordenador local, pela UEL, é o professor João Zequi, do Departamento de Biologia Animal e Vegetal, do Centro de Ciências Biológicas (CCB). Trata-se do projeto “Inovação em produtos de controle e repelência do vetor e no monitoramento de arbovírus”.

O bioinseticida desenvolvido na UEL é apresentado em duas formulações - comprimido e pó - e serve para controle do mosquito *Aedes aegypti*, que além de ser vetor para a dengue, transmite os agentes que causam a febre zika e a chikungunya. “Pretendemos fazer o registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para que seja colocado à disposição da população a baixo custo”, afirma Zequi que viaja para Brasília, nesta terça-feira (29), acompanhado da professora Gislayne Trindade Vilas Bôas, também do CCB.

Conforme Zequi, o produto é fabricado de forma artesanal e quase todas as fases são desenvolvidas dentro da UEL. Somente a última etapa - estabilização do produto em comprimido - é realizada em Curitiba, pelo professor Francisco de Assis Marques, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Conforme João Zequi, o bioinseticida pode ser usado em reservatórios de água com difícil acesso, que impede a eliminação de larvas do mosquito *Aedes*. “Mesmo que seja em caixa d’água para consumo humano. O bioinseticida usa materiais inertes a partir de produtos naturais, conforme recomendações da OMS “Organização Mundial de Saúde”, destaca Zequi.

A produção artesanal do bioinseticida da UEL atende as prefeituras e empresas que mantêm com a Universidade contratos de prestação de serviços. Entre as prefeituras atendidas estão as dos municípios paulistas de Adamantina, Tupã e Ourinhos. O produto desenvolvido na UEL é usado em lagoas de tratamento de efluentes. “O preconizado é

que o controle e um bom monitoramento sejam feitos a cada três meses onde a larva se reproduz, porque aponta para a infestação do mosquito”, diz João Zequi.

topo ↕

O MUNICÍPIO - SC - TEMPO REAL

Educadores podem ter acesso a cursos gratuitos ofertados pela Britannica Escola As turmas estão distribuídas em horários matutino e vespertino

Entre os dias 29 e 31 de outubro, professores da educação básica de todo o Brasil poderão aproveitar mais uma rodada de formação online do portal Britannica Escola. Os cursos são realizados por meio da parceria entre a Encyclopédia Britannica e a **CAPES**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Os temas abordados na formação são o uso de conteúdo digital na sala de aula e aluno pesquisador no ensino. Estão sendo oferecidas cinco turmas nos turnos matutino e vespertino.

Além da formação direcionada aos educadores, a Britannica Escola também disponibiliza material de estudo para pais e alunos, como artigos, imagens, vídeos e uma série de recursos lúdicos.

Confira o cronograma e o link dos cursos:

Data: 29 de outubro, das 8h30 às 9h30

Curso: Uso de Conteúdo Digital na sala de aula

Data: 29 de outubro, das 17h30 às 18h30

Curso: Aluno Pesquisador no Ensino

Data: 30 de outubro, 10h30 às 11h30

Curso: Aluno Pesquisador no Ensino

Data: 30 de outubro, das 15h30 às 16h30

Curso: Uso de Conteúdo Digital na sala de aula

Data: 31 de outubro, das 11h às 12h

Curso: Uso de Conteúdo Digital na sala de aula

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Quero Bolsa aponta quais são os cursos EaD mais procurados pelos brasileiros

Os cursos de Ensino a Distância (EaD) estão cada vez mais atraindo os brasileiros que buscam uma qualificação com mais praticidade e economia. De acordo com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), o segmento segue em constante crescimento. O levantamento feito pela entidade representativa das instituições de ensino privadas constatou que quase 120 mil alunos migraram do ensino presencial para a modalidade a distância.

Tomando como base os dados apurados pelo Censo da Educação Superior 2018, recém divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Aníbal Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação, o Quero Bolsa levantou os 20 cursos EaD com mais alunos ingressantes, com pedagogia em primeiro lugar. Juntos, os 20 cursos receberam 954.247 novos alunos, o que representa 77,19% dos 1.236.163

estudantes que deram início à graduação a distância no ano de 2018.

Sobre o Quero Bolsa

O Quero Bolsa conecta alunos a instituições de ensino e oferece vagas e bolsas de estudo em cursos de Ensino Superior, Ensino Básico, Idiomas e Intercâmbio. Em um cenário em que apenas 15,7% dos adultos brasileiros concluíram a graduação, segundo dados do IBGE, ele cresce a passos largos e já gerou uma economia de mais de R\$ 1,3 bilhão para alunos do país inteiro. Atualmente a plataforma conta com mais de 6 mil escolas parceiras, 1.600 instituições de ensino superior, 2.500 de ensino básico, além de mais de 10 mil opções de cursos de idiomas e 50 mil de intercâmbio. Para mais informações acesse: querobolsa.com.br.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Entenda como são elaboradas as questões do Enem

Questões elaboradas ficam em Banco Nacional de Itens, que apenas pessoas autorizadas têm acesso

São Paulo — O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começa a ser aplicado neste domingo (3) para, aproximadamente, 5,1 milhões de participantes, que farão provas de ciências humanas, linguagens e redação. O exame continua no dia 10, com provas de matemática e ciências da natureza. Todas as questões são elaboradas por especialistas e pré-testadas antes de integrarem o chamado Banco Nacional de Itens (BNI).

A prova de redação é a única prova subjetiva. As demais quatro provas terão 45 questões de múltipla escolha cada. Essas questões foram escolhidas a partir do BNI.

Os itens do Enem são elaborados por especialistas selecionados por meio de chamada pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Eles devem seguir a matriz de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após escritos, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, os itens são pré-testados em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o BNI, que fica disponível para aplicações futuras do Enem.

Esse banco, segue um protocolo de segurança. Todos os servidores e colaboradores com acesso aos itens assinam termos de sigilo e confidencialidade. No caso do Enem, assinam também uma declaração de não impedimento, para assegurar que não possuem relações de parentesco, que configuram nepotismo.

O BNI é acessado no Ambiente Físico Integrado Seguro, localizado na sede do Inep, em Brasília, apenas por pessoas autorizadas. O ambiente é completamente isolado, possui salas que só podem ser acessadas pelo uso de digitais e computadores sem acesso à internet ou à intranet da autarquia.

Todo o processo de captação, elaboração e revisão de itens para compor o Enem e outros exames do instituto ocorre nesse espaço. Não se sabe ao certo quantas questões compõem o banco do Enem, pois a informação que é sigilosa.

Revisão dos itens

Neste ano, no BNI entrou em evidência por conta de uma medida do Inep, de revisar as questões. A autarquia criou uma comissão para definir o que não seria usado no Enem 2019.

De acordo com nota técnica publicada pela autarquia, a comissão, criada no dia 20 de março deste ano, deveria “identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais” e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do exame deste ano.

A comissão concluiu o trabalho no começo de abril. No entanto, pelo caráter sigiloso do BNI, o resultado não foi divulgado. O Inep esclareceu que como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados.

Mudanças na prova

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que o Enem não deverá ter mudanças substanciais já que as questões que serão usadas no exame deste ano “já estavam no banco de itens, então, não há nenhum tipo de direcionamento na prova”. A orientação da atual gestão foi, segundo ele, evitar polêmicas.

Também à EBC, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o Enem terá como foco conhecimentos objetivos. A preocupação do Ministério da Educação (MEC), de acordo com o ministro, será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior. “Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos”.

Tanto o presidente do Inep, quanto o ministro da Educação garantiram que não tiveram acesso ao exame.

O Enem é atualmente a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil. Com as notas do exame, estudante podem pleitear vagas no ensino superior público, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), concorrer a bolsas de estudo em instituições particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Entenda como são elaboradas as questões do Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começa a ser aplicado neste domingo (3) para, aproximadamente, 5,1 milhões de participantes, que farão provas de ciências humanas, linguagens e redação. O exame continua no dia 10, com provas de matemática e ciências da natureza. Todas as questões são elaboradas por especialistas e pré-testadas antes de integrarem o chamado Banco Nacional de Itens (BNI).

A prova de redação é a única prova subjetiva. As demais quatro provas terão 45 questões de múltipla escolha cada. Essas questões foram escolhidas a partir do BNI.

Os itens do Enem são elaborados por especialistas selecionados por meio de chamada pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Eles devem seguir a matriz de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após escritos, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, os itens são pré-testados em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o BNI, que fica disponível para aplicações futuras do Enem.

Esse banco, segue um protocolo de segurança. Todos os servidores e colaboradores com acesso aos itens assinam termos de sigilo e confidencialidade. No caso do Enem, assinam também uma declaração de não impedimento, para assegurar que não possuem relações de parentesco, que configuram nepotismo.

O BNI é acessado no Ambiente Físico Integrado Seguro, localizado na sede do Inep, em Brasília, apenas por pessoas autorizadas. O ambiente é completamente isolado, possui salas que só podem ser acessadas pelo uso de digitais e computadores sem acesso à internet ou à intranet da autarquia.

Todo o processo de captação, elaboração e revisão de itens para compor o Enem e outros exames do instituto ocorre nesse espaço. Não se sabe ao certo quantas questões compõem o banco do Enem, pois a informação que é sigilosa.

Revisão dos itens

Neste ano, no BNI entrou em evidência por conta de uma medida do Inep, de revisar as questões. A autarquia criou uma comissão para definir o que não seria usado no Enem 2019.

De acordo com nota técnica publicada pela autarquia, a comissão, criada no dia 20 de março deste ano, deveria "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais" e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do exame deste ano.

A comissão concluiu o trabalho no começo de abril. No entanto, pelo caráter sigiloso do BNI, o resultado não foi divulgado. O Inep esclareceu que como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados.

Mudanças na prova

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, afirmou em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que o Enem não deverá ter mudanças substanciais já que as questões que serão usadas no exame deste ano "já estavam no banco de itens, então, não há nenhum tipo de direcionamento na prova". A orientação da atual gestão foi, segundo ele, evitar polêmicas.

Também à EBC, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o Enem terá

CLIPPING



como foco conhecimentos objetivos. A preocupação do Ministério da Educação (MEC), de acordo com o ministro, será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior. "Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos".

Tanto o presidente do Inep, quanto o ministro da Educação garantiram que não tiveram acesso ao exame.

O Enem é atualmente a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil. Com as notas do exame, estudante podem pleitear vagas no ensino superior público, pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), concorrer a bolsas de estudo em instituições particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

